



RELATÓRIO E CONTAS 2004

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

**Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2745-553 Barcarena**

Capital Social: 20.000.000 €

*Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184*

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

Mandato 2003 - 2006

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Morais Leitão
Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio
Vogais: José Luis André Lavrador
José Pedro Franco Brás Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida
Vogais: Nuno Martins
Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2004

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Ex.as. os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 que compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício.

I. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

I.1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

O ano de 2004 foi marcado por um fortalecimento da actividade económica, com o crescimento do PIB mundial a subir de 3,9% para 5%; não obstante a observação de ritmos de crescimento diferenciados, a recuperação abrangeu todas as principais áreas económicas, destacando-se o bom desempenho das economias emergentes.

Depois de um registo de 3% no ano transacto, o PIB dos EUA cresceu 4,4% em termos reais no exercício de 2004.

A evolução em alta dos preços da energia e uma procura interna fortalecida determinaram uma subida moderada, mas sustentada, da inflação, o que levou a Reserva Federal a subir os juros de referência em 125 pontos, fixando-os nos 2,25%. Tal não impediu que, em geral, as famílias e as empresas continuassem a beneficiar de condições extremamente favoráveis ao consumo e ao investimento. O crescimento do consumo privado terá andado próximo dos 4%, enquanto que a elevada liquidez disponível na economia e a subida dos índices de confiança dos empresários, bem como o não

crescimento paralelo das taxas de juro de longo prazo, criaram também condições para uma aceleração do investimento, tendo a despesa das empresas em equipamento e software crescido cerca de 13,5%.

O forte desempenho da procura interna resultou, por seu turno, num agravamento do défice corrente, que terá atingido um valor próximo dos 6% do PIB.

O desequilíbrio externo da economia americana reflectiu-se nos mercados cambiais, sustentando uma tendência de depreciação do dólar em termos efectivos ao longo do ano, com reflexos, sobretudo, no euro (1,2564 em Dez/03, contra 1,3556 em Dez04), na libra esterlina e no franco suíço.

No que aos mercados accionistas respeita, o ano de 2003 inverteu já a tendência negativa dos anos anteriores, constituindo-se como o primeiro ano positivo após a bolha especulativa de Março de 2000. Em 2004 os índices bolsistas americanos continuaram a revelar tendência de subida, ainda que a níveis mais conservadores, respectivamente 3,15% para o Dow Jones e 8,6% para o Nasdaq.

Na Zona Euro, a apreciação do euro face ao dólar em cerca de 8%, com a paridade no final do ano a situar-se em 1,3556, contribuiu para uma diminuição do peso da procura externa líquida no crescimento do PIB que subiu 1,8 % em termos reais, após um registo de 0,5% em 2003.

Ao nível da procura interna, o consumo privado manteve-se condicionado pelos baixos níveis de confiança dos agentes económicos resultante, em parte, da incerteza associada às reformas estruturais e à consolidação das contas públicas em curso em diversos países. Por outro lado, com as empresas focalizadas em objectivos de contenção de custos e de aumento de produtividade, a taxa de desemprego manteve-se elevada no conjunto da Zona Euro, subindo de 8,6% em 2003 para 8,9% em 2004, enquanto que as remunerações do trabalho observaram uma tendência de desaceleração, com um crescimento homólogo inferior a 2%.

Neste contexto, e a despeito da pressão exercida pelo preço do petróleo, a taxa de inflação homóloga manteve-se contida, subindo em 2004 de 2,1% para 2,4%.

O BCE decidiu, em consequência, manter a taxa de juro principal de refinanciamento em 2%

A persistência das taxas de juro em níveis historicamente baixos concorreu para estimular uma aceleração dos empréstimos concedidos ao sector privado, os quais registaram uma taxa de crescimento homólogo de 7% no final do ano.

Apesar de uma forte subida do preço do petróleo, que se elevou em termos médios, de USD 31 para USD 41,5 por barril de brent, registou-se uma aceleração da actividade económica global; com uma diminuição da capacidade produtiva excedente e uma procura forte decorrente da recuperação económica, o mercado de petróleo mostrou, em 2004, uma sensibilidade acrescida ao clima de instabilidade política e militar no Médio Oriente.

Embora a evolução favorável da actividade económica a nível global e os ganhos de produtividade registados pelas empresas se tenham reflectido positivamente nos mercados accionistas, as subidas anuais observadas nos principais índices materializaram-se apenas no último trimestre, no seguimento de uma correcção significativa do preço do petróleo, registando-se valorizações no CAC 40 e no DAX de Frankfurt de, respectivamente, 7,4% e 7,3%, enquanto se verificaram ganhos mais acentuados no IBEX 35 com 17,4% e no MIB 30 com 16,9%.

A taxa de crescimento para 2005 dos doze países que compõem a Zona Euro irá, no mínimo, igualar a verificada em 2004, enquanto que as perspectivas para o crescimento económico mundial são mais optimistas, situando a taxa de crescimento nos 4%.

Embora tenha crescido face a 2003, a economia portuguesa manifestou perda de dinamismo ao longo de 2004, sobretudo a partir do terceiro trimestre, num quadro de contenção orçamental, dado o limite de 3% do PIB, não atingido, imposto para défice público pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O nível de crescimento do PIB em 2004, de acordo com as estimativas de Janeiro do Banco de Portugal, não terá ultrapassado 1,1%, valor mais baixo do que o nível de crescimento médio da zona euro (2,1%).

Esta evolução teve como origem o contributo negativo das Exportações líquidas de Importações, o fraco desempenho do Investimento, a partir do terceiro trimestre de 2004, apesar de se estimar um aumento de 1,8% no conjunto do ano, enquanto que o Consumo Privado continuou a crescer à taxa de 2,2%.

O crescimento do Consumo Privado, superior ao do rendimento disponível, em mais de 0,5 pontos percentuais, implicou a manutenção da trajectória descendente da taxa de poupança em 2004, que se fixou em 11,1% do rendimento disponível, o que, associado ao aumento do nível de endividamento dos particulares (de 111% para 118%), terá contribuído para o desequilíbrio financeiro das famílias.

A taxa de desemprego voltou a aumentar durante 2004, tal como já tinha acontecido no ano anterior, tendo passado de um valor de 6,5%, no final de 2003, para um valor de 7,1%, notando-se uma tendência de aceleração nos dois últimos trimestres do ano.

Da actividade sectorial há a destacar o decréscimo da actividade global do sector da construção, em 2004, com particular relevo na construção de edifícios residenciais, cujo Valor Bruto de Produção terá diminuído 8%.

Em 2004, a taxa de inflação, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, desceu de 3,3%, no final do ano anterior, para 2,5%, reflectindo os efeitos da recessão económica de 2003, conjugados com o comportamento favorável dos preços dos bens alimentares, que mais do que compensou o aumento do preço dos combustíveis.

Neste contexto, permaneceram inalteradas as taxas de juro de referência do euro e as taxas do mercado monetário – as Euribor a 3 e a 6 meses mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do ano, atingindo 2,16% e 2,22% no final de Dezembro, respectivamente.

Nos mercados financeiros é de salientar, em 2004, a evolução favorável dos mercados accionistas, os baixos níveis das taxas de juro dos mercados obrigacionistas, que registaram algumas reduções, e a apreciação do euro nos mercados cambiais.

Observou-se, tanto a nível internacional como nacional, uma subida generalizada dos principais índices accionistas, enquanto no mercado obrigacionista se verificou uma redução das taxas de rendibilidade dos títulos de dívida pública a 10 anos, traduzida numa diminuição da taxa das Obrigações do Tesouro português, de 4,40% para 3,64%, de 2003 para 2004.

O Banco de Portugal reviu, em baixa, as previsões económicas para 2005 e antevê mais dois anos sem convergência com a Europa e, provavelmente, sem redução de desemprego.

A variação do PIB fica, assim, nos 1,6% em 2005 e não passará dos 2% em 2006, tudo isto dependendo do papel das exportações como motor do crescimento sendo que, para cumprimento das metas do défice externo, se torna necessário recorrer de novo a receitas extraordinárias na ordem dos 420 milhões.

1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004.

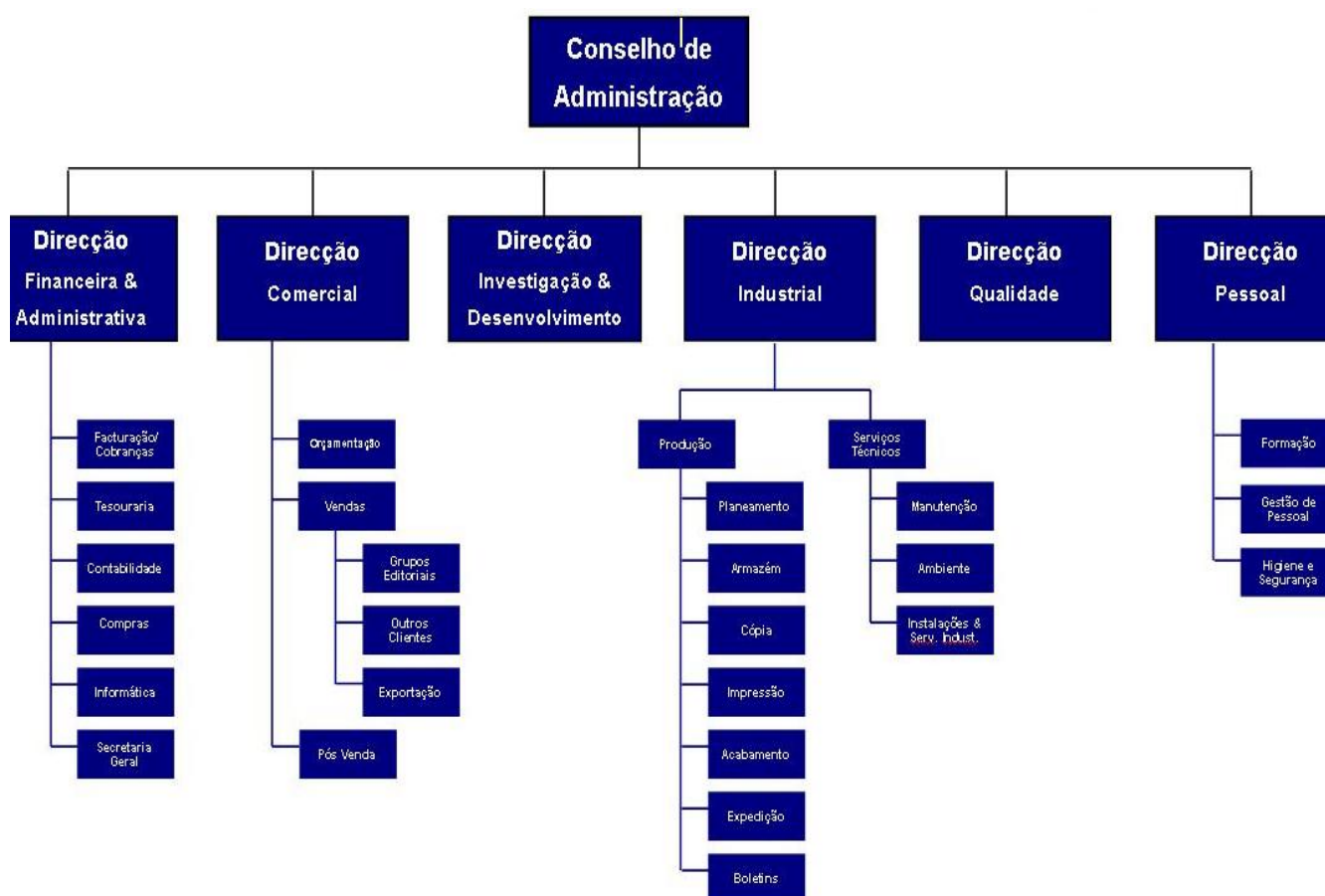
O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua Obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe

permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.

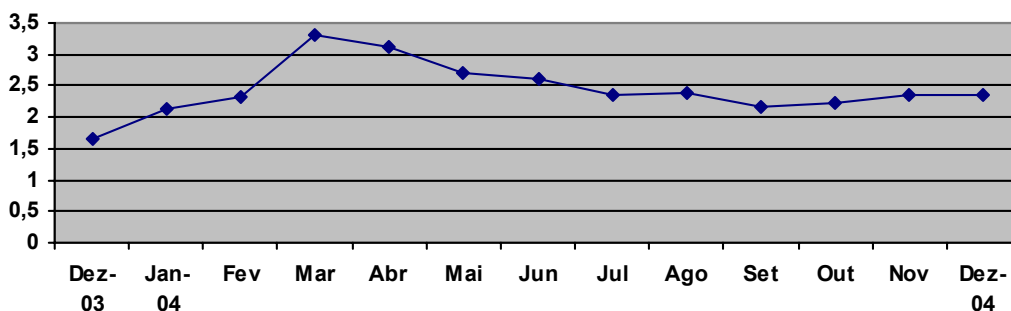


2. Não há comissões criadas na sociedade.
3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:
 - (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
 - (b) o anúncio de resultados;
 - (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Não houve, no exercício de 2004, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício, sendo que o anúncio dos resultados obtidos se faz através da publicação das contas/notas informativas correspondentes aos trimestres/semestres do exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2004 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma subida no 1º trimestre do ano (1,66 em 31/12/03 para 3,3 em 31/03/04), uma descida que perdurou até Setembro (3,3 em 31/03/04, para 2,17 em 30/09/04) e uma recuperação até final do ano, estabilizando à volta da cotação de Julho nos 2,35.



4. Política de Dividendos: Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada transitoriamente em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda permanece, motivo pelo qual neste exercício também não haverá distribuição de dividendos, até por força da situação dos Resultados Transitados e Capitais Próprios da Empresa.

Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
6. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.
7. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.

O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à Informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

8. Não existe Comissão de remunerações do Órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, para além de que não está prevista nos Estatutos Sociais. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

9. A seguir indicamos os montantes pagos no exercício:

- | | |
|--|---------------|
| • Remuneração do Conselho de Administração | Euros 221.964 |
| • Remunerações ao Conselho Fiscal | Euros 22.800 |
| • Remunerações ao Auditor Externo | Euros 71.200 |

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência ou ainda de o bloqueio das acções dever ser feito com o prazo, até há pouco habitual, de oito dias.

O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, tal como foi o caso do anúncio da Assembleia que vai apreciar estes documentos, nos seguintes termos:

“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 100 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobrescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é de oito dias, havendo a intenção de, em futura revisão do contrato social, reduzir este prazo para o colocar dentro das recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 100 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.

Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metast indicativas de eficiência dos vários Serviços.

Tais indicadores cobrem a generalidade das áreas de actuação da sociedade e têm natureza quantitativa e qualitativa permitindo um acompanhamento rigoroso do desempenho das várias áreas de actuação. Exemplo dos indicadores referidos: Resultados mensais, Desvios Orçamentais e versus ano anterior de Vendas por Famílias/Títulos, Prazo Médio de recebimentos e pagamentos, Grau de satisfação dos Clientes, Prazo de Disponibilidade dos Dados de Gestão Mensais, Nível de Desperdício de Matérias Primas, Produtividade Mensal das equipas de Impressão, Produtividade do Acabamento, Produtividade da Cópia, Análise dos Consumos específicos, etc.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, designadamente para o mandato de 2003 a 2006 pela assembleia Geral de 28 de Maio de 2003.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujos 3 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

São Administradores independentes, isto é, não têm interesse, participação ou relações especiais com os Accionistas que detêm maior número de acções da empresa, os Senhores Engº António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFEDISPORT – Impressão e Artes Gráficas, S.A.” e da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no exercício com o Conselho de administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 221.964.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre a quase totalidade das recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 8 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral, o qual é superior à actual recomendação de 2 dias úteis.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de administração, no qual 2 dos 3 membros são independentes, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada.

Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral.

2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO EXERCÍCIO

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Sector sofreu, durante os últimos anos, os efeitos decorrentes da conjuntura económica de recessão, traduzida na forte queda do investimento publicitário em todos os meios, mas com especial acuidade no papel, a que os editores reagiram com o emagrecimento das Revistas, redução de tiragens e suspensão de novos projectos que eventualmente tivessem em carteira.

Em 2004 a actividade desenvolveu-se num ambiente de incerteza e de aumento dos factores de risco, dos quais se destacam a significativa subida do preço do petróleo, o aumento do desemprego, a valorização cambial do euro e a degradação dos níveis de confiança dos agentes económicos.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário em cerca de 40% (22% em 2001, seguidos de 18% em 2002), atenuados em 2003, com um ligeiro incremento de cerca de 4%, consolidado em 2004 com nova recuperação mais expressiva de 14% e paragem no esforço de investimento.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável em que a operação decorreu nos últimos exercícios, por força da queda do investimento publicitário, da reacção dos Editores e da pressão que se fez sentir sobre as condições de concorrência, registou-se em 2001 uma queda nas vendas de 5,6 milhões de Euros (10,5%), seguida de novas reduções em 2002 cifrada em cerca de 3,8 milhões de Euros (8,0%) e em 2003, mais moderada, da ordem dos 2,8 milhões de Euros (6,4%), e quase que exclusivamente explicada pela redução de Vendas da Família Folhetos/Catálogos, com a expressão de 3,2 milhões de Euros, e culminada em 2004 com nova redução agora de cerca de 3 milhões de Euros (7,1%), se tivermos em conta que a redução real que as contas denunciam de cerca de 6,6 milhões de Euros está influenciada pela saída do segmento “Jornais” em resultado da autonomização da “Operação Jornais” derivada da criação da *Grafedisport*.

O arrefecimento da actividade aconteceu desde o final de 2000, imediatamente a seguir ao final do ciclo de investimento muito forte da Lisgráfica que, confiando nos indicadores dos dois últimos anos em que a procura de serviços gráficos explodira, se preparara para a manutenção da situação e estava equipada para responder às solicitações de mercado.

Aquele esforço de investimento entre 1999 e 2001 representou cerca de trinta e cinco milhões de Euro e traduziu-se no acréscimo da capacidade produtiva do segmento de Revistas e publicações periódicas em cerca de 50%.

Para minorar os efeitos da situação, a gestão tomou um conjunto de medidas que começaram a ser implementadas a partir de 2001 e continuaram nos anos seguintes, visando:

- Busca de mercados menos vulneráveis à quebra do investimento publicitário (Folhetos e Catálogos para os Grandes Espaços e Listas Telefónicas);
- Controlo rigoroso de todas as componentes de Custos, prosseguindo a optimização da relação custo/eficiência, como forma de garantir a melhoria da produtividade;
- Recentração da atenção da gestão no *corebusiness*, o que determinou a alienação de alguns activos não directamente afectos à exploração, quer patrimoniais, quer financeiros;
- Reescalamento da dívida financeira.

Sendo certo que as medidas de natureza comercial apenas parcialmente redundaram em êxito, uma vez que o seu sucesso está fortemente condicionado pela pressão do mercado, circunstância que levou a que durante o período 2001/2004 o Volume de Negócios caísse, em termos reais, cerca de 9,6 milhões de Euros (20%).

Em matéria de controlo de custos, as medidas empreendidas pela gestão produziram efeitos significativos que, vistos no seu conjunto, se traduziram numa economia global de custos, entre 2001 e 2004, da ordem de 16 milhões de Euros (28%), que não atingiu maior expressão face ao empolamento dos FSE em 2004 por força do crescimento da rubrica Rendas e Alugueres que sofreu um incremento de cerca de 1,2 milhões de Euros, resultante da operação imobiliária concretizada em Julho de 2004.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Foram já concretizadas decisões em relação à alienação de activos não directamente ligados à operação, tendo-se consumado durante o exercício de 2002, a alienação do Edifício do Bairro Alto e das antigas instalações da Heska na Venda Nova, enquanto que em 2004 teve lugar a cedência à *Naveprinter* de duas Rotativas de Jornais e a cedência à *Grafedisport* de uma Rotativa e outro equipamento, no quadro da autonomização da “Operação Jornais”, que havia sido anunciada e se concretizou através de uma Nova Empresa, detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, operando

logisticamente no espaço físico das antigas instalações de jornais da Lisgráfica e ao abrigo de um Protocolo de Colaboração.

Neste domínio, ainda que por razões menos deliberadas, merece destaque o abate da *rotativa Sunday n.º 8*, atingida por incêndio no início do exercício, que vai ser temporariamente substituída por rotativas usadas vindas da Naveprinter, na expectativa da decisão relativa à consolidação de projectos futuros, que nos permita tomar a decisão mais racional sobre o modelo de rotativa a escolher.

No âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções Estratégicas, desenvolveu-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica e a passagem a um regime de arrendamento temporário das instalações/edifícios em causa.

Tal operação concretizou-se em 20 de Julho e traduziu-se na venda ao *Gespatrimónio* dos Activos Imobiliários por um período de 15 anos contemplando, em paralelo, o desenvolvimento de um projecto imobiliário dos terrenos e edifícios não afectos à actividade industrial.

O encaixe resultante de tal operação permitiu concorrer para a redução do Passivo Financeiro e para a melhoria do rácio Capitais Próprios/Capitais Alheios, bem como para a obtenção das Garantias Bancárias necessárias à assinatura do PEC – Processo Extrajudicial de Conciliação, oportunamente apresentado ao IAPMEI com vista à regularização das responsabilidades fiscais.

Em matéria de participações financeiras, foi concretizada durante o ano de 2002 a cedência da participação social na Grafimadeira e na Porenvel, tendo-se fechado as negociações tendentes à alienação da participação social na Heska, que foi consumada em 2003, enquanto que, no tocante às participadas Guião, Videodata e Máquina de Estados, concretizou-se em 2004 a respectiva alienação, as duas primeiras a favor de um MBO e a terceira a favor dos sócios técnicos sendo que o impacto nas contas, por conhecido antes do encerramento das contas, já fora reflectido como Provisão para Investimentos financeiros, nas contas do exercício de 2003.

Em Agosto de 2004, foi alienada a participação de 32% na Naveprinter, detida directamente pela Lisgráfica à Global Notícias, empresa do “*Grupo PT*”.

No quadro de tal operação, foi ainda deliberado que em resultado do encerramento do Departamento de Revistas daquela Gráfica, os títulos ali impressos transitariam para a Lisgráfica – Grande Reportagem e Notícias Magazine – enquanto se verificou a venda recíproca de equipamentos: as rotativas Mercury de Jornais foram cedidas pela Lisgráfica à Naveprinter para harmonizar a impressão das edições Norte do Correio da Manhã e Record, enquanto que uma máquina de acabamento *Tempo* e as rotativas de revistas *M 850* e *M300* foram adquiridas para, temporariamente, repor a capacidade produtiva da Lisgráfica, desfalcada pelo incêndio de Janeiro.

No que à área financeira respeita, e tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca/Locadoras resultantes do processo de reembolso associado à operação imobiliária, foram concretizadas as negociações com algumas Instituições Financeiras (Bancos e Companhias de Leasing) tendentes ao reescalonamento da dívida por forma a adequar melhor os Meios Libertos Esperados futuros ao respectivo Serviço da Dívida.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a

Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300 que irão ser instaladas durante o primeiro trimestre de 2005 repondo, em parte, a capacidade anterior ao sinistro.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas

2002	2003	2004
1.382.292	1.513.359	1.632.780

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.

Tendo-se registado um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), em 2003 face a 2002, fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, no exercício de 2004 consolidou-se tal crescimento que registou uma expressão de 119 milhões de cadernos (8%), em consequência do alargamento da produção de Listas a quatro cores à totalidade do ano.

2. Produção Linhas Ponto Arame

2002	2003	2004
205.414	186.328	228.757

Unidade: Mil Exemplares

3. Produção Linhas Capa Colada

2002	2003	2004
23.827	18.793	17.414

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “Muller-Martini” modelo 300, uma Linha “Heidelberg”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, uma Linha “Muller-Martini” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “Ferag” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “Corona” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “Image” montado em linha de alimentação “Bhurs Zandaam” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “Creo Scitex” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “Creo”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um crescimento de cerca de 42 milhões de exemplares (22,7%), enquanto que a Capa Colada registou uma descida de cerca de 1,4 milhões de exemplares (7,4%), indiciando o emagrecimento das revistas, e confirmando a tendência que se vinha consolidando relativamente a esta Linha.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 7,0 milhões de volumes, registando uma descida de cerca de 400 mil volumes.

IMPRESSÃO DE JORNAIS

Em resultado do amadurecimento durante o exercício de 2003 de uma ideia traduzida na autonomização da “Operação Jornais”, que configurava uma distribuição de risco e investimento, foi estabelecida uma parceria de negócio com o “Grupo Cofina”, envolvendo a “impressão de jornais” com possível extensão ao “finishing/distribuição”.

Tal parceria concretizou-se em princípio de Janeiro de 2004, através da criação de uma Nova Empresa de Impressão de Jornais – *Grafedisport* – detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euros, realizado no tocante à Lisgráfica através da cedência de equipamento.

Logisticamente a nova Unidade funciona em termos industriais nas antigas Instalações da Lisgráfica (Departamento de Jornais), tendo integrado os trabalhadores daquele Departamento da Lisgráfica e partilhado o espaço e infraestruturas necessárias ao abrigo de um Protocolo de Colaboração.

A Grafedisport herdou a carteira de Clientes de Jornais da Lisgráfica e, em termos de meios de produção, passou a dispôr dos Equipamentos transferidos da Lisgráfica, de uma *Rotativa Regioman* adquirida à MAN Roland, cuja instalação e testes ocorreram durante o 1º trimestre do ano, e cuja capacidade e características de impressão permitiram a substituição de três rotativas da Lisgráfica.

As duas Rotativas Mercury sobrantes foram transferidas, durante o 1º semestre, para a Naveprinter, no quadro de uma operação de permuta de equipamentos de jornais e comerciais, no sentido de harmonizar a impressão dos títulos da edição Norte do Editor Cofina com a edição Sul.

Os meios disponíveis foram complementados com um investimento em “finishing” que consistiu na instalação de *Linhas Muller Martini* que possibilitam o encarte e expedição automática de jornais, à saída da linha de impressão.

Foi também instalado um Novo Sistema de Transporte à Chapa *CreoScitex*, que permite o diálogo on-line entre a redacção e a fábrica, para execução de chapa e impressão dos títulos, com vista a tirar o máximo partido de tal tecnologia.

Em consequência de tais iniciativas a Lisgráfica já não desenvolveu durante o exercício de 2004 actividade directa neste segmento, ressaltando o sentimento de que decorreu com sucesso e satisfação de todas as partes o primeiro ano de actividade da Grafedisport.

IMPRESSÃO DE BOLETINS

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins		
2002	2003	2004
106.170	102.250	167.122

Unidade: Mil Boletins

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line, a Lisgráfica iniciou a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações, estando neste momento a produzir apenas Boletins para apostas on-line das gamas “Totoloto”, “Totobola” e “Totogolo”.

Durante o exercício de 2004 a Santa Casa lançou uma nova variante de apostas – *Euromilhões* – que cativou os apostadores e permitiu alguma animação no sector.

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, mantendo-se a tendência de descida, ainda que mais suave, em cerca de 4 milhões (3,7%) entre 2002 e 2003 e registando-se uma subida de cerca de 65 milhões (63%) entre 2003 e 2004, reflectindo o lançamento do *Euromilhões* e o reforço da produção de *Totoloto* para reposição de stocks.

Em função do sucesso do “*Euromilhões*”, que tenderá a ocupar parcialmente o espaço do “Totoloto”, a produção anual futura deverá estabilizar à volta dos 150 milhões de boletins, tendo a linha de produção sido concebida em 1994, a pedido do Cliente, para 500 milhões/ano (10 milhões/semana), donde facilmente se alcança o desajustamento entre meios disponíveis e necessários, realidade que leva a encarar, com acuidade acrescida, a hipótese de afectação de uma das rotativas a outros produtos.

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispões de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

O Departamento produziu em 2004 cerca de 7,2 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um crescimento de cerca de 4 milhões de cadernos de 64 páginas em relação a 2002 (132 milhões de cadernos em 2003, contra 136 milhões em 2004).

INVESTIMENTO

Durante o exercício em análise, o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável na Empresa.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos e que não se verifique substituição de rotativas.

No caso do exercício de 2004 o Investimento Bruto efectuado (corpóreo, incorpóreo e financeiro) foi negativo, e atingiu a expressão assinalável de cerca de 72 milhões de Euros.

- *Imobilizações Incorpóreas*

Não se registou, nesta classe, qualquer registo que mereça ser sublinhado.

- *Investimentos em Curso:*

A diminuição verificada nesta classe, no valor de mEuro 1.873, respeita a despesas incorridas por conta da Grafedisport, transferidas para a rubrica “Empresas Participadas e Participantes”.

- *Imobilizações Corpóreas*

Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 3,2 milhões de Euros e abates/alienações de cerca de 67 milhões de Euros.

Entre as primeiras sobressaem o crescimento do Equipamento Básico em cerca de 2,577 milhões de Euros (substituição dos Grupos da M600), representando 2,376 milhões de Euros, (Grande Reparação da Rotativa 9), representando 256 mil Euros.

Em matéria de Abates/Alienções, sobressaem os relativos aos Terrenos/Instalações objecto da operação imobiliária, concretizada em 20 de Julho com o Fundo Imobiliário – “Gespatriónio Rendimento”, visando bens que à data tinham um valor bruto de balanço de cerca de 50 milhões de euro, e um valor líquido contabilístico rondando os 39,8 milhões de Euros; englobam, ainda, os activos entregues à Grafedisport decorrentes da realização da participação financeira subscrita e respectivas prestações acessórias, que à data tinham um valor líquido contabilístico de cerca de 990 mil Euros; contemplaram, ainda, os equipamentos danificados no incêndio de Janeiro de 2004, que naquela data representavam um valor líquido de cerca de 3,4 milhões de Euros, indemnizados pela Seguradora em 4,5 milhões de Euros.

- *Imobilizações Financeiras*

Representam, em termos líquidos, uma queda de cerca de 2.928 mil Euros e a respectiva evolução está explicada no Capítulo 2.2.3. Investimentos Financeiros, remetendo-se para a Nota 10 do Anexo uma análise mais detalhada de tal evolução.

FINANÇAS

Logo no princípio do exercício (7/01/04) foi concretizada a iniciativa de autonomização da “Operação Jornais” através da constituição de uma Empresa autónoma *Grafedisport*, participada em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euros.

A Lisgráfica realizou a sua parte de capital/prestações acessórias em equipamentos, enquanto que a Investec o fez em numerário.

A nova unidade herdou a carteira de Clientes da Lisgráfica, e para a Grafedisport transitaram os trabalhadores do ex-Departamento de Jornais da Lisgráfica e funciona logisticamente nas antigas instalações de tal Departamento, no âmbito de um Protocolo de colaboração acordado entre as partes.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 29,9 milhões de Euros e a título de juros, cerca de 972 mil Euros, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representando em termos de capital cerca de 7,175 milhões de Euros e, a título de juros cerca de 656 mil Euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 12,875 milhões de Euros; deste valor, cerca de 11,555 milhões de Euros representam amortização de capital e 1,319 milhões de Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

Os valores indicados com Rendas e Capital associados a Contratos de Locação Financeira incluem 8,042 milhões de Euros, resultantes de rescisões de Contratos, designadamente o Contrato da Rotativa nº 8 sinistrada e o Contrato Imobiliário com a Imoleasing.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2004, representam um total de 12,641 milhões de Euros, subdivididos em 3,155 milhões de Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 9,486 milhões de Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Durante o exercício não foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira.

O valor do esforço ligado à regularização de Passivo Financeiro e respectivos encargos no exercício representou, em consequência, cerca de 50 milhões de Euros.

Não houve, no exercício de 2004, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2004 está ilustrada no gráfico do Capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma subida no início do ano (de 1,66 em Dez03, para 3,3 em Mar04), uma descida entre Março e Setembro (3,3 em Mar04, para 2,17 em Set04), seguida de uma recuperação na parte final do ano (2,17 em Set04, para 2,35 em Dez04).

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior, a que se juntam 110.713 acções do Millennium BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

No âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções Estratégicas, desenvolveu-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica e a passagem a um regime de arrendamento temporário de todo/parte das instalações/edifícios em causa.

Tal operação concretizou-se em 20 de Julho e traduziu-se na venda ao *Gespatrimónio* dos Activos Imobiliários por um período de 15 anos contemplando, em paralelo, o desenvolvimento de um projecto imobiliário dos terrenos/edifícios não afectos à actividade industrial.

O encaixe resultante de tal operação permitiu concorrer para a redução do Passivo Financeiro a que acima se aludiu, bem como para a obtenção das Garantias Bancárias necessárias à assinatura do PEC – Processo Extrajudicial de Conciliação, oportunamente apresentado ao IAPMEI com vista à regularização das responsabilidades fiscais.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca que resultaram do processo de reembolso associado à operação imobiliária, foram renegociadas com as várias Instituições (Banca/Locadoras) tais responsabilidades, por forma a adequar melhor os Meios Libertos Esperados futuros aos respectivos Serviços da Dívida.

Prosseguiram, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, no quadro da opção estratégica de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos de parcerias de negócio geradoras de valor acrescentado.

Nesse sentido, foram concluídas as negociações tendentes à alienação das associadas Guião e Videodata, por um lado, e Máquina de Estados por outro, sendo que o impacto de tais alienações, por serem mensuráveis antes do encerramento do exercício de 2003, deram lugar à constituição da respectiva Provisão para Investimentos Financeiros.

Também foi concretizada em Agosto a venda de 32% da participação na Naveprinter, detida directamente pela Lisgráfica, à Global Notícias, empresa do Grupo PT.

No final do exercício foi assinado Protocolo entre Lisgráfica/Gestprint /Guião tendente à cedência dos créditos que a Lisgráfica detinha sobre o Guião/Videodata à Gestprint contemplando um plano de recuperação de tais créditos.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2004.

Após dois anos de queda brutal do investimento publicitário, verificou-se uma ligeira recuperação em 2003 que fechou com uma evolução positiva de 4%, face ao ano anterior para os 667,6 milhões de Euros, inversão que se consolidou em 2004 com um crescimento da ordem dos 13,7%, atingindo os 760 milhões de Euros.

Mais do que o Euro 2004 e o Rock In Rio, que contribuíram com cerca de 5% dos investimentos de 2004, foram as marcas e as empresas que concorreram para tal crescimento, ainda que distante dos níveis de 2000.

Numa análise por meio, constata-se que foram a TV Cabo e o “Outdoor” os meios que mais cresceram, respectivamente 37% e 25%, seguidos da Televisão que atrai 48% do investimento ao conseguir elevados crescimentos num quadro de limitação de oferta.

A Imprensa diária cresceu 18,5%, fechando nos 68,4 milhões de Euros, enquanto que a Imprensa Não Diária, que cresceu 9%, totaliza mais do dobro, isto é, cerca de 140 milhões de Euros.

Apesar da evolução favorável desta variável o Sector, fustigado por dois anos de forte queda do investimento publicitário e sobrecarregado com responsabilidades derivadas do ciclo de investimento técnico vindo do ciclo anterior, ainda sentiu bastantes dificuldades, tanto mais que não se vislumbraram sinais de retoma firme e consistente e os indicadores de confiança não auguram um futuro próximo desanuviado.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com maior pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, nomeadamente através da instalação de uma unidade em Olivença e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que no segmento do Mercado de Jornais Diários, e usando a tiragem como indicador, a Grafedisport detém uma quota de 60% e, em conjunto com a Naveprinter atinge os 72,5%, mantendo exclusividade nos segmentos de “Listas Telefónicas” e “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração, como indicia a operação visando os títulos da Lusomundo Media

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente “*Coisas de Cozinha*” publicação mensal da Impala dirigida à culinária, a revista “*Cosmolitan Pocket*” publicação mensal editada pela Abril Hearst e que constitui uma versão de bolso da revista “*Cosmopolitan*”, a revista “*Dez*”, publicação semanal dedicada ao desporto, editada por Edisport, e distribuída aos sábados como suplemento do Record, a revista “*Sábado*”, publicação semanal editada por Presselivre, uma “*newsmagazine*” lançada em Maio que concorre no mercado com a Visão e a Focus, a revista semanal “*Suplemento Espaços & Casas*” publicação semanal editada desde Janeiro por Sojornal e que constitui um suplemento encartado no Expresso, a revista de periodicidade semanal “*Choque*” editada por Cena Editorial empresa do Grupo Media Capital, a revista “*Caras Angola*” publicação semanal irmã da revista Caras, destinada ao mercado angolano, editada por Edimpresa, bem como o “*Jornal de Letras*” sob a forma de revista lançado em Junho também pelo mesmo Grupo.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Mariana*” da Pressepeople, “*Conhecer*” da Impala, “*Os Meus Livros*” da First Media e “*Doze*” da Comfutebol.

Por passagem para outras Unidades Gráficas perdemos as revistas “*Cozinha Semanal*”, “*Cozinha Tradicional*”, “*Receitas de Sucesso*”, e “*Cozinha de Sucesso*” todas editadas pela Pressepeople.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

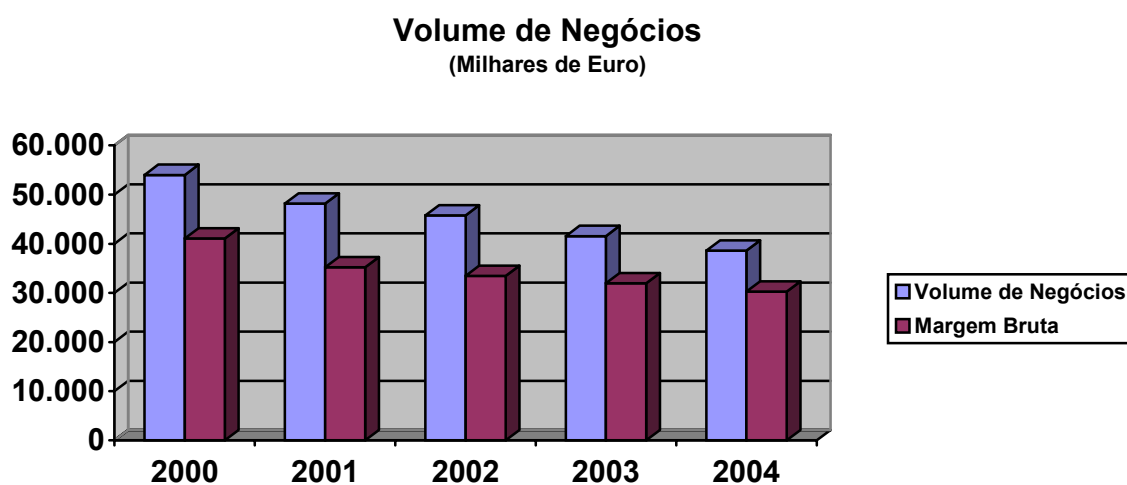
Prosseguindo uma política de boa vizinhança e partilha de recursos entre a Lisgráfica e a Heska, foram executados trabalhos durante o exercício, que representaram cerca de 356 mil Euros, sendo que daquele valor cerca de 299 mil Euros respeitam a serviços de manutenção, enquanto que foram prestados por aquela congénere trabalhos subcontratados na ordem de 32 mil Euros.

2.2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Da actividade desenvolvida ao longo do exercício, bem como da sua evolução no decurso do último quinquénio, poderão os Senhores Accionistas aquilatar pela análise dos parâmetros a seguir indicados:

2.2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS/ VALOR ACRESCENTADO

A evolução ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte a queda sucessiva entre 2000 e 2004, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada, por outro.

Os valores de 2004 traduzem um decréscimo líquido de cerca de 3.019 mil Euros (7,2%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos. Assim, na Família “*Revistas Semanais/Mensais*” regista-se um desvio desfavorável de cerca de 4,4 milhões de Euros (20%), decorrente de tal Família ser a mais sensível à queda da publicidade/pressão do *pricing*. Em “*Suplementos*” verifica-se um desvio favorável de cerca de 1,6 milhões de Euros (31,4%), consequência do lançamento de novos títulos. Em relação a “*Jornais*” registou-se uma queda de 4,4 milhões de Euros, consequência particular da autonomização do negócio com a criação da Grafedisport; no tocante a “*Boletins*” registou-se um

incremento de cerca de 202 mil Euros (42,5%) traduzindo o sucesso do lançamento do Euromilhões, a despeito da passagem para os Boletins “on line” e da queda de facturação do Totobola.

A variação registada na Família “Listas Telefónicas” foi inexpressiva, na ordem de 100 mil Euro (0,2%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor mas compensada pelo alargamento da impressão a quatro cores, com uma expressão bastante mais significativa

Os “Catálogos/Folhetos” com um crescimento da ordem dos 283 mil Euros (8,5%), ilustram a opção tomada pela Empresa de, não acompanhando a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico, continuar atenta a este segmento, procurando fidelizar os Grupos mais importantes.

As rubricas “Proveitos Suplementares” e “Outros Proveitos Operacionais” geraram acréscimo de proveitos de cerca de 3,6 milhões de Euros, comportamento atípico no exercício, decorrente, por um lado das receitas associadas ao Protocolo de Colaboração com a Grafedisport, neste caso a persistir em exercícios futuros e, por outro lado, do efeito da compensação indemnizatória recebida da Seguradora por perdas de exploração em resultado do sinistro da rotativa.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de cerca de 3 milhões de Euros (7,1%), para o qual os “Jornais” concorreram com cerca de 4,4 milhões de euros, por autonomização de actividade, compensado por um acréscimo de receitas de cerca de 3,6 milhões de Euros nas duas rubricas acima referenciadas.

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acrescentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	2000	2001	2002	2003	2004
Volume de Negócios	53.994	48.165	45.769	41.565	38.547
Matérias Consumidas					
Papel	3.890	5.701	5.505	2.992	2.941
Matérias subsidiárias	9.036	7.264	6.829	6.621	5.409
Valor Acrescentado	41.068	35.200	33.435	31.952	30.197
% Val Acrescent / Volume de Negócios	76,1%	73,1%	73,1%	76,9%	78,4%

Unidade: Milhares de Euros.

Concluimos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 5,868 milhões de Euros entre 2000 e 2001, equivalente a 14,3%, 1,765 milhões de Euros entre 2001 e 2002, equivalentes a 5,0%, 1,483 milhões de Euros, equivalentes a 4,4% entre 2002 e 2003 e 1.755 milhões de Euros, equivalentes a 5,3% entre 2003 e 2004.

Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 85 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2004, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 75 milhões de Euros.

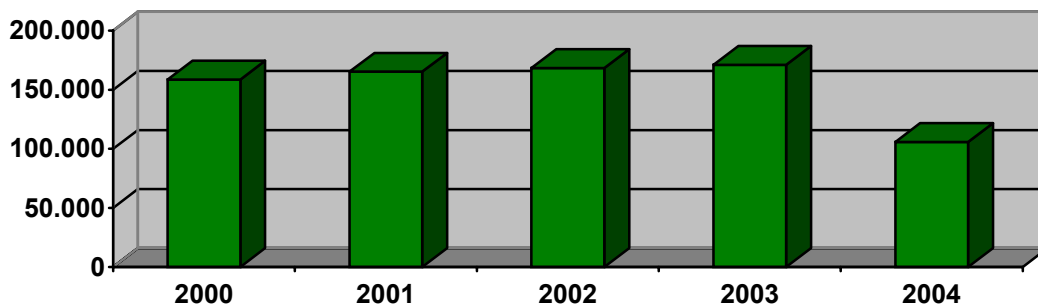
Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrescentado registou um decréscimo de 3,0 pontos entre 2000 e 2001 (de 76,1% em 2000 para 73,1% em 2001) e manutenção no patamar dos 73,1% entre os exercícios de 2001 e 2002, voltou ao crescimento de cerca de 3,8 pontos entre os exercícios de 2002 e 2003 (de 73,1% em 2002, para 76,9% em 2003) e persistiu numa trajectória de crescimento cifrado em 1,5% entre 2003 e 2004 (de 76,9% em 2003 para 78,4% em 2004).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação - registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euros, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 83 mil Euros, em 2003 para 46 mil Euros e em 2004 situou-se nos 71 mil Euros; por outro lado, e tendo em conta o crescimento da operação “Folhetos/Catálogos” em 2002, registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euros que, pelas razões apontadas, levou em 2003 a uma queda em tal componente da ordem de 1,9 milhões de Euros para em 2004 representar cerca de 2 milhões de Euros, devendo ainda assinalar-se que as preocupações no domínio da melhor rentabilização dos meios e matérias-primas ter já começado a dar os seus frutos.

2.2.2. IMOBILIZADO BRUTO TÉCNICO

Os valores das Imobilizações Técnicas, antes de amortizações, ao longo dos anos, sofreram a seguinte evolução:

Imobilizado Técnico (Milhares de Euro)



O desinvestimento líquido registado no exercício de 2004 foi de cerca de 52,7 milhões de Euros, constituindo tal exercício um caso perfeitamente atípico relativamente à tradição da Empresa, e que resultou fundamentalmente da operação de alienação de activos imobiliários que representaram, em termos líquidos, cerca de 39,8 milhões de Euros, alienações/abates de equipamentos transferidos para a Grafedisport e Naveprinter, bem como o abate da rotativa sinistrada que, em conjunto, representaram em termos líquidos cerca de 6,3 milhões de Euros e das amortizações praticadas no exercício com a expressão de 6,7 milhões de Euros, constituindo as aquisições do exercício um valor de cerca de 3,2 milhões de Euros.

Procurando demarcar por períodos o esforço de investimento da Lisgráfica, podemos considerar os seguintes períodos:

No período 1996/2002 o investimento total representou quase 105 milhões de Euros, dimensão que ilustra bem a preocupação da Lisgráfica de antecipar as necessidades dos seus clientes/editores, bem como o aproveitamento de oportunidades de negócio susceptíveis de enriquecer o seu potencial, a despeito dos constrangimentos financeiros sentidos nos últimos três anos, em resultado do abrandamento da actividade.

Tendo-se imobilizado em 1996 cerca de 10 milhões de Euros, em 1997 cerca de 12,5 milhões de Euros, a maior parte dos quais visando completar o Programa de Investimentos previstos no âmbito do Pedip II, e em 1998 cerca de 15 milhões de Euros fundamentalmente ligados à operação de compra da Divisão Gráfica de Páginas Amarelas.

O exercício de 1999 marcou o início de um novo ciclo, abarcando o período 1999/2002, durante o qual se terá concretizado um volume de investimentos de cerca de 45 milhões de Euro, tendo o ano de 2000 constituído o ponto mais alto de tal ciclo, durante o qual, em investimentos técnicos e obras necessárias à sua instalação, se imobilizaram cerca de 28 milhões de Euros e se procedeu a uma reavaliação livre do património imobiliário da empresa que, em termos brutos, registou uma valorização de cerca de 22 milhões de Euros, representando os abates cerca de 9 milhões de Euros.

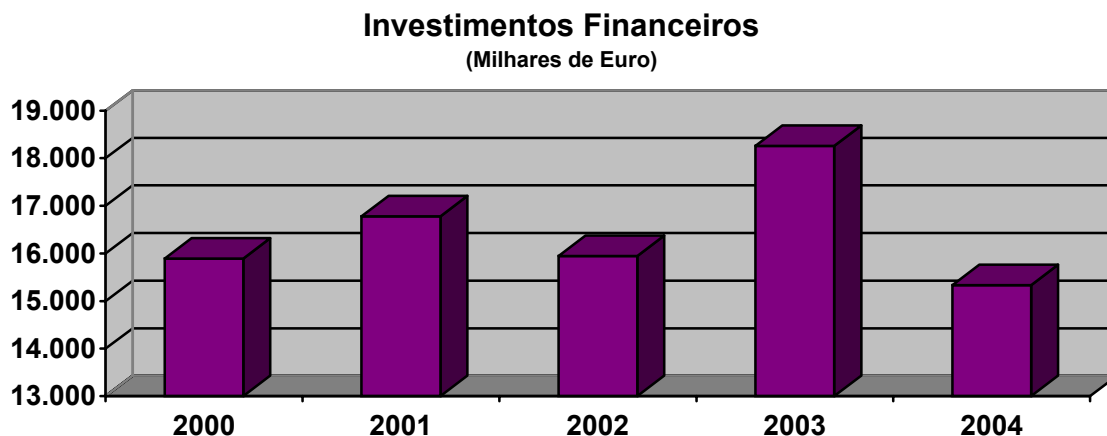
O exercício em apreciação foi, conforme já referido acima, um ano atípico na medida em que se operou um desinvestimento líquido expressivo em consequência, por um lado da operação de alienação de activos Imobiliários envolvidos na operação com o ESAF, dando lugar a abates líquidos de cerca de 39,8 milhões de Euros e, por outro, da alienação de equipamentos, designadamente da rotativa nº 8 sinistrada em resultado do incêndio do início do ano e dos equipamentos transferidos para a Naveprinter (rotativas de jornais) e para a Grafedisport (equipamentos cedidos como forma de realização de capital/prestações acessórias), tudo representando cerca de 6,3 milhões de Euros.

Em termos de adições avulta, em termos de Equipamentos Básicos, a Substituição dos Grupos da Rotativa M600, a Grande Reparação e Desmontagem da Rotativa Mercury, a Grande Reparação da Rotativa nº 9 e a Instalação de Duas Unidades Laser nos CTP's, tudo representando cerca de 1,5 milhões de Euros, bem como a passagem das Viaturas contratadas em Renting para o Imobilizado da Empresa o que representou um crescimento de tal rubrica de cerca de 470 mil Euros.

Sublinha-se que, a par das preocupações de natureza tecnológica, a Lisgráfica continua a não descuidar as componentes ambiental e de segurança bem como as condições de trabalho dos seus colaboradores.

2.2.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A evolução desta rubrica fez-se conforme o gráfico abaixo:



Registou-se uma queda global líquida na Classe “Investimentos Financeiros” de cerca de 2,928 milhões de Euros.

A rubrica “partes de Capital em Empresas Associadas” registou uma descida de 1,661 milhões de Euros, reflexo da alienação de 32% da participação directa detida pela Lisgráfica na Naveprinter, que figurava na Contas por 2,751 milhões de Euros; de uma mais-valia de 946 mil Euros apurada na cedência de equipamentos que a Lisgráfica cedeu à Grafedisport como forma de realização da sua parte de capital; de 155 mil Euros de valorização da participação da Naveprinter, em consequência da apropriação do resultado registado no 1º semestre do exercício pelo método da equivalência patrimonial e pelo efeito da adopção do método da equivalência patrimonial aplicado ao resultado da Grafedisport, com uma expressão de cerca de 9 mil Euros.

A rubrica “Partes de capital em Empresas do Grupo” registou uma descida de 1,766 milhões de Euros, reflexo da descida do preço de aquisição aos ex-accionistas do Guião/Videodata do respectivo preço de compra, por acordo celebrado em 2004, no valor de 1,665 milhões de Euros; valorização de 44 mil Euros da participação na Naveprinter da Gestigráfica, em consequência da apropriação do resultado registado no 1º semestre do exercício pelo método da equivalência patrimonial; desvalorização da participação na Grafilis em 145 mil Euros, por provisão do mesmo valor para fazer face a dívidas incobráveis da Meribérica e Indemnizações ao Pessoal.

A rubrica “Títulos e Outras Aplicações Financeiras” registou um acréscimo de 500 mil Euros em resultado das prestações acessórias feitas pela Lisgráfica na Grafedisport, também sob a forma de equipamentos.

As participações detidas pela Lisgráfica em 31/12/04 são as constantes do quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Efectiva Capital Social
1. Gestigráfica	13.880.160	52.500	100
2. Grafedisport	936.503	2.500.000	50

Unidade: Euros

Nestas condições entendeu a gestão não se justificar a apresentação de Contas Consolidadas por não concorrerem com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, procedendo-se na âmbito das Contas Individuais, à adopção do método da equivalência patrimonial relativamente às Sociedades “Gestigráfica” “Naveprinter” e “Grafedisport” a primeira e terceira quanto às participações detidas em 31/12/04 e a segunda quanto à participação directamente detida pela Lisgráfica, no primeiro semestre do exercício.

2.2.4. VALORES ACTIVOS E PASSIVOS

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

ACTIVO	2000	2001	2002	2003	2004
Disponível	4.121	1.541	2.165	918	5.680
Créditos curto prazo	12.932	15.925	16.853	19.613	25.209
Créditos M/L prazo	6.721	-	-	4.557	5.641
Existências	3.071	2.206	1.756	2.010	1.704
Imobilizações	130.897	130.001	127.193	112.389	56.753
Acréscimos/Diferimentos	2.996	790	507	739	1.609
Total	160.738	150.463	148.474	140.226	96.596

PASSIVO	2000	2001	2002	2003	2004
Provisões Outros Riscos e Encargos	-	1.250	1.250	1.620	1.117
Débitos curto prazo	47.045	53.657	53.828	46.639	42.923
Débitos M/ prazo	69.838	68.273	72.221	79.659	39.346
Acréscimos/Diferimentos	3.314	4.143	4.025	3.185	2.057
Total	120.197	127.323	131.324	131.103	85.443

Unidade: milhares de Euros

As variações mais significativas operadas nas rubricas do Activo Líquido, cujo valor total registou uma queda de cerca de 43,630 milhões de Euros (31%) verificaram-se em Imobilizações, Disponibilidades e Dívidas de Terceiros enquanto que, no tocante a Existências e Acréscimos e Diferimentos tais variações assumiram valores menos expressivos.

De facto, as Imobilizações registaram um decréscimo de cerca de 55,636 milhões de Euros, as Disponibilidades cresceram cerca de 4,762 milhões de Euros, as Dívidas de Terceiros cresceram cerca de 5,596 milhões de Euro no tocante às de Curto prazo e cerca de 1,137 milhões de euros no tocante às de M/ L prazo.

Por seu turno, as Existências caíram cerca de 306 mil Euros, enquanto que os Acréscimos e Diferimentos registaram um incremento de cerca de 870 mil Euros.

As Imobilizações Corpóreas reduziram-se, em termos líquidos, cerca de 52,7 milhões de Euros o que equivale a investimentos corpóreos realizados no ano de 3,2 milhões de Euros, às amortizações praticadas no Imobilizado Corpóreo de 6,7 milhões de Euros e ao valor dos abates líquidos de cerca de 47,8 milhões de Euros; as Imobilizações Financeiras registaram uma queda de 2,9 milhões de Euros tendo as Imobilizações Incorpóreas, por efeito das amortizações do exercício, ficado saldadas.

As Disponibilidades observaram uma subida de 4,7 milhões de Euros fundamentalmente à custa do aumento de Depósitos em Bancos, cujo incremento derivou do produto da operação imobiliária e da necessidade de constituição de depósitos colaterais associados à prestação de garantias bancárias com vista à regularização do processo fiscal.

Os Créditos M/L Prazo registaram um acréscimo de 1.084 mil Euros em resultado do incremento dos créditos da Lisgráfica sobre o Guião/Videodata; entretanto, por protocolo entre as Empresas envolvidas, foram tais créditos cedidos à Gestprint, circunstância que determinou a passagem dos saldos de “Clientes, c/c” e “Empresas do Grupo” para “Empresas Participadas e Participantes”.

Os Créditos a c/ prazo registaram globalmente um incremento de 5.596 mil Euros, ressaltando a queda de cerca de 4,1 milhões de Euros em “Clientes, c/c” e “Clientes, c/ Letras” explicado, fundamentalmente, pela melhoria do prazo médio de cobrança e pelo reforço das Provisões em cerca de 1,2 milhões de Euros; um incremento na rubrica “Empresas Participadas e Participantes” da ordem de 1,570 milhões de Euros, traduzindo o incremento de créditos sobre a Holding e o saldo dos créditos no final do ano sobre a Grafedisport, que se elevavam a 764 mil Euros, por serviços prestados no âmbito do Protocolo celebrado aquando da criação da nova unidade de jornais; registamos um crescimento de cerca de 671 mil Euros em “Sector Público Estatal” resultante de regularizações de IVA a favor da Empresa, e um incremento de cerca de 7,0 milhões de Euros na rubrica “Outros Devedores” que resulta, fundamentalmente, de saldos credores sobre a Naveprinter derivados da venda das rotativas Mercury e peças e sobressalentes que lhe estavam associadas por forma a permitir a harmonização da impressão das edições Norte dos títulos da Cofina, de cerca de 3,7 milhões de Euros retidos pela Gespatrimónio a título de caução e correspondentes a 16 meses de renda no âmbito da operação imobiliária, susceptíveis de substituição por garantia bancária e um conjunto de despesas já suportadas com o Desenvolvimento do Projecto Imobiliário.

As Existências registaram uma queda de 306 mil Euros, cuja explicação assenta numa descida da existência de Matérias Primas/Subsidiárias, de cerca de 929 mil Euros, designadamente associada a uma gestão mais apertada dos stocks respectivos, a uma variação de cerca de 30,5 mil Euros da Produção em Curso, no final do exercício, e a um incremento da existência de Mercadorias de cerca de 592 mil Euros, decorrente da aquisição das Rotativas comerciais da Naveprinter, sobre cujo destino não havia decisão.

Os Acréscimos e Diferimentos activos traduzem um crescimento de cerca de 860 mil Euros que, fundamentalmente, resulta de um acréscimo na valorização da existência de Peças e Sobressalentes da Manutenção em cerca de 887 mil Euros.

A análise do Passivo revela uma redução do endividamento com uma expressão de cerca de 45,7 milhões de Euros (34,9%).

Os Débitos a c/ Prazo revelaram uma queda de 3.716 mil Euros (7,9%) merecendo realce, neste âmbito, a redução verificada na rubrica “Fornecedores de Imobilizado, c/c”, da ordem dos 2,472 milhões de Euros, reflectindo a especialização, em termos de maturidade, dos Contratos de Locação Financeira e a redução de tais responsabilidades em consequência da liquidação em 2004 dos Contratos Imobiliários, bem como do relativo à Rotativa sinistrada; em “Adiantamentos a Clientes”, da ordem dos 1,125 milhões de Euros, como consequência da respectiva regularização; em “Outros Empréstimos Obtidos”, da ordem de 2,425 milhões de Euros, como consequência da especialização dos Programas de Papel Comercial em Curto e M/L Prazo e da redução operada em 2004 destas responsabilidades decorrentes da liquidação de cerca 7,175 milhões de Euros; em “Empresas Participadas e Participantes” da ordem dos 220 mil Euros por transferência entre contas a receber e a pagar no que respeita à Empresa Holding, em “Outros Credores”, da ordem dos 2,408 milhões de Euros, reflectindo a redução do financiamento da operação Factoring.

Em sentido inverso, verificaram-se os incrementos nos créditos em “Empresas do Grupo” de cerca de 612 mil Euros em resultado da entrega, por parte da Gestigráfica, de parte do produto da venda da Heska; em “Dívidas a Instituições de Crédito” da ordem de 297 mil Euros, como resultado do escalonamento do serviço da dívida resultante da renegociação da dívida no seguimento da redução expressiva de tais responsabilidades; em “Fornecedores, c/c”, “Fornecedores, c/Letras a Pagar” e Fornecedores de Imobilizado, c/ Letras a Pagar”, da ordem dos 3,735 milhões de Euros, reflectindo um ligeiro aumento do prazo médio de pagamentos, por força do cumprimento dos acordos celebrados com Fornecedores; em “Estado e Outros Entes Públicos” da ordem dos 290 mil Euros, reflectindo a especialização das dívidas fiscais, de acordo com a sua maturidade e em função do PEC apresentado oportunamente.

As variações ocorridas em Débitos a M/L prazo que, em resumo, ascendem a 40.313 mil Euros, traduzem a queda verificada na generalidade das rubricas e a forte redução do endividamento, resultante do encaixe do produto da operação imobiliária e sua afectação a pagamento de passivo financeiro.

Assim, em “Dívidas a Instituições de Crédito” a queda teve a expressão de cerca de 12,789 milhões de Euros, consequência do reescalonamento da dívida financeira por forma a adequá-la às novas condições de Exploração e da forte redução resultante de pagamentos operados em 2004; em “Fornecedores, c/c” de cerca de 5,489 milhões de Euros, traduzindo os acordos celebrados com Fornecedores estratégicos de consolidação da dívida, cuja maturidade extravasa o

exercício de 2005; em “Estado e Outros Entes Públicos” com uma redução residual de cerca de 256, por ajustamento da parcela que constitui o valor vencível a mais de um ano da dívida fiscal apresentada ao PEC.

A redução em “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 4,749 milhões de Euros, resulta da consolidação da dívida negociada com as Instituições Financeiras e da sua redução, designadamente dos Programas de Papel Comercial, que sofreram forte queda por liquidação operada em 2004 ; a redução das Responsabilidades por Contratos de Locação Financeira em cerca de 17,157 milhões de Euros, traduzindo a passagem para o curto prazo dos vencimentos a um ano, bem como a redução de tais responsabilidades em consequência da antecipação da liquidação dos contratos imobiliários e do correspondente à rotativa comercial sinistrada e, ainda, do abrandamento do ritmo de investimento da Empresa.

Tais responsabilidades ascendem no total a 12,6 milhões de Euros, estando alojados no curto prazo cerca de 3,1 milhões de Euros.

Os “Acréscimos e Diferimentos” passivos registaram uma redução de cerca de 1.127 mil Euros, sendo que em Acréscimos de Custos se registou uma variação decrescente de cerca de 47 mil Euro, enquanto que em Proveitos Diferidos se verificou uma variação em sentido inverso de cerca de 1.175 mil Euros.

Mantendo a perspectiva cautelosa que levou à sua criação, foi durante o exercício, reforçada a Provisão para Outros Riscos e Encargos em 520 mil Euros para fazer face a um conjunto de situações contingentes tendo, no final do exercício, tal Provisão sido desafectada de cerca de 743 mil Euros que foram consignados à cobertura de situações mais específicas.

2.2.5. DESPESAS

Os encargos ao longo dos últimos cinco anos, evoluíram do seguinte modo:

	2000	2001	2002	2003	2004
CMVC	12.926	12.965	12.334	9.614	8.350
FSE	11.306	10.188	8.801	7.301	8.231
Despesas c/ o Pessoal	13.057	13.578	12.409	12.062	10.909
Despesas Financeiras	6.279	8.104	7.827	5.126	3.690
Amortizações / Provisões	9.063	9.855	9.143	9.059	7.999
Outras Despesas / Encargos	3.826	6.780	4.611	4.552	5.804
TOTAL	56.457	61.470	55.125	47.714	44.983

Unidade: Milhares de Euros

A variação de Custos do Exercício, relativamente ao ano anterior, traduz um desagramento de cerca de 2.731 mil Euros (6,0%)

O Custo das Mercadorias Vendidas/Consumidas representou 24,3% da facturação e reflectiu uma economia cerca de 1.264 mil Euros em relação ao ano anterior, traduzindo uma perda de 0,9% no rácio CMCV/Vendas + Prestação de Serviços, reflectindo uma melhor eficiência de utilização das matérias-primas, se tivermos em conta o abandono da operação jornais, e sem descurar a influência da incorporação de papel, designadamente nos Folhetos/Catálogos.

No exercício, não teve impacto importante a variação da produção de Folhetos/Catálogos que registou um crescimento pouco expressivo de cerca de 283 mil Euros, portanto com um efeito no consumo de papel que não deve exceder 170 mil Euros, enquanto que a economia de consumo geral de papel se situou nos 139 mil Euros (4,61%), não tendo significado o acréscimo de papel não transformado (46 mil Euros em 2003, contra 71 mil Euros em 2004).

No tocante a outras matérias primas, registou-se uma redução de Tintas de cerca de 757 mil Euros (16,6%), uma economia de Chapas de cerca de 300 mil Euros (27,6%) e uma economia de Outras Matérias subsidiárias de cerca de 92 mil Euros (10%).

Em resultado de tais variações, o peso relativo do CMVC nas Receitas piorou 0,9%, uma vez que estas em valor nominal tiveram uma queda de 6.585 mil Euros, em parte por efeito da saída do segmento Jornais (41.006 mil Euros em 2003, contra 34.421 mil Euros em 2004), enquanto que os consumos registaram uma economia de 1.263 mil Euros (13%)

Os FSE registaram um agravamento de 930 mil Euros (12,7%), reflectindo uma proporção de 23,8 % da facturação, contra 17,8% em 2003, a despeito da queda da facturação, explicado fundamentalmente pelo impacto da Renda das Instalações derivada da operação imobiliária realizada a meio do exercício.

Registou-se uma redução em Subcontratos da ordem dos 286 mil Euros, resultante de menor recurso à subcontratação, designadamente em matéria de Impressão (296 mil Euros), Fotolito (2 mil Euros), por recurso acrescido ao CTP e um ligeiro acréscimo em Acabamento (11 mil Euros), a despeito do recurso extraordinário a subcontratação externa de impressão por força da limitação de meios de produção resultantes do incêndio da rotativa.

As variações ocorridas no concernente às rubricas de Serviços de Terceiros representaram um agravamento de cerca de 1,2 milhões de Euros, verificando-se desvios nos dois sentidos que praticamente se anularam, merecendo contudo realce a verificação de desvios desfavoráveis nas rubricas de Rendas e Alugueres (1.111 mil Euros), por força do arrendamento das instalações já acima evidenciado, Gaz (77 mil Euros), e Outros Fornecimentos e Serviços (53 mil Euros), compensados por desvios favoráveis nas rubricas Electricidade (60 mil Euros) e Trabalhos Especializados (11 mil Euros). As Despesas com Pessoal caíram em relação ao ano anterior cerca de 1.153 mil Euros (9,56%), representando 31,7 % das Vendas Líquidas, contra 29,4% em 2003.

O aparente paradoxo de se registar uma poupança nos custos e se registar um agravamento da relação Custos com Mão Obra/Vendas, tem a ver com a autonomização da operação Jornais e respectiva absorção dos efectivos respectivos, por um lado e, ainda com a queda das Vendas líquidas de 2004 versus 2003.

Deste modo, constatamos que a rubrica “Ordenados e Encargos Sociais” registou uma queda de 480 mil Euros (16,3%), enquanto que o recurso a Horas Extraordinárias decresceu cerca de 285 mil Euros (17,4%), em relação ao ano anterior.

As restantes rubricas decresceram por arrastamento natural – Seguros, Custos de Acção Social, Indemnizações e Pré-Reformas e Outros Custos com Pessoal -, ainda que com variações de grandeza diversa, apenas se verificando um ligeiro agravamento em Refeições .

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, á forte redução da mesma como consequência da operação imobiliária e à evolução das condições de acesso ao crédito, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 1.436 mil Euro (28,0%).

Face às Vendas Líquidas, os Custos Financeiros representaram em 2004 cerca de 10,7%, contra 12,5% em 2003.

As medidas tomadas no domínio do reenquadramento, redução e consolidação da dívida aliadas à evolução das taxas produziu efeitos em quase todas as fontes de financiamento assumindo particular realce em Juros de Empréstimos Bancários (1.391 mil Euros em 2003, contra 1.046 mil Euros em 2004), Juros de Leasing (1.833 mil Euros em 2003, contra 1.240 mil Euros em 2004), Juros de Papel Comercial (786 mil Euros em 2003, contra 619 mil Euros em 2004), Juros de Factoring (190 mil Euros em 2003, contra 108 mil Euros em 2004), Juros de Obrigações (53 mil Euros em 2003, contra zero em 2004), decorrentes da extinção do Empréstimo Obrigacionista, Juros de Mora/Compensatórios (255 mil Euros em 2003, contra 151 mil Euros em 2004) e Outros Custos Financeiros (547 mil Euros em 2003, contra 411 mil Euros em 2004).

A única rubrica que teve comportamento de sinal inverso foi Descontos de pronto pagamento concedidos (71 mil Euros em 2003, contra 115 mil Euros em 2004).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 2.170 mil euro mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Do valor de 6.770 mil Euros de amortizações praticadas, couberam a bens adquiridos em Leasing cerca de 3.846 mil Euros, a Bens Próprios cerca de 2.748 mil Euros e a Bens Reavaliados cerca de 176 mil Euros, representando tal classe de Custo cerca de 17,5% da Facturação líquida, contra os 21,7% no exercício de 2003, dada a característica inelástica de tal parcela de custo.

As Provisões praticadas no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 1.229 mil Euros, representando cerca de 3,6% da Facturação Líquida.

Cabe ainda referir que os custos de 2004 incluem um valor de 5,366 milhões de Euros classificado como Custos Extraordinários onde avulta o registo de perdas na alienação de Imobilizações Financeiras da ordem dos 4,1 milhões Euros – Guião/Videodata e Naveprinter -, perdas em Existências de cerca de 42 mil Euros, reforço de Provisões para Outros Riscos e Encargos de 385 mil Euros, comissões associadas à operação imobiliária no valor de 465 mil Euros, e Outros Custos extraordinários da ordem dos 397 mil Euros.

De referir que as mais-valias derivadas da alienação dos terrenos/instalações foram registadas, em termos líquidos, em Proveitos Extraordinários.

2.2.6. CAPITALS PRÓPRIOS

A sua evolução foi a seguinte:

	2000	2001	2002	2003	2004
Capital	19.952	20.000	19.527	19.527	19.527
Reservas/Ajustamentos	18.785	14.476	3.515	(5.255)	(10.404)
Resultados Retidos	1.754	(11.336)	(5.892)	(5.148)	2.029
TOTAL	40.541	23.140	17.151	9.124	11.152

Unidade: Milhares de Euros

O Resultado Líquido do exercício findo em 31/12/03 foi na sua totalidade transferido para a rubrica Resultados Transitados.

As alterações operadas nos Capitais Próprios, durante o exercício, para além das que envolveram a aplicação de resultados do exercício no valor de 2.029 mil Euros, traduziram-se na transferência de “Ajustamentos de Partes de Capital” para “Resultados Transitados” de 860 mil Euros, relacionados com a venda da participação directa detida pela Lisgráfica na Naveprinter bem como na transferência de “Reservas de reavaliação” para “Resultados Transitados” de cerca de 21.203 mil Euros relacionados com a alienação/abate do património imobiliário e equipamentos que haviam sido entretanto objecto de reavaliações legais e/ou livres.

Os movimentos/transferências referidos determinaram que a rubrica “Ajustamentos de partes de capital” tenha evoluído de 8.057 mil Euros para 7.197 mil Euros, enquanto que os Resultados Transitados registaram uma evolução positiva de 23.343 mil Euros, situando-se no final do exercício em (18.906) mil Euros, fruto da transferência proveniente de “Ajustamentos de partes de capital”, da aplicação do resultado verificado em 2003 e da transferência de cerca de 27,630 milhões de Euros, proveniente da Reservas de Reavaliação, decorrente da realização por venda dos bens envolvidos.

Os Capitais Próprios da Empresa registaram um reforço de 2.029 mil Euros (27,5%), pelo efeito conjugado dos resultados líquidos apurados no exercício, que se situaram em 2.029 mil Euros, já que as restantes alterações registadas derivaram de transferências de rubrica acima explicitadas.

A relação Capitais Próprios/Capitais Alheios evoluiu de 7,0% em 2003 para 13,1% em 2004, em resultado do reforço dos Capitais Próprios e da redução expressiva do Passivo exigível, muito embora o horizonte de exigibilidade tenha melhorado.

2.2.7. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS E DE ACTIVIDADE

	2000	2001	2002	2003	2004
Produção (mil Euros)	53.994	48.165	45.769	41.566	38.547
Activo Líquido (mil Euros)	160.738	150.463	148.474	140.226	96.596
Situação Líquida (mil Euros)	40.541	23.140	17.151	9.124	11.152
Desp. c/ Pessoal (mil Euros)	13.057	13.578	12.409	12.062	10.909
Papel Transformado (Ton.)	80.000	80.000	85.000	85.000	87.500
Exemplares/semana (mil.)	6.500	6.750	7.000	7.250	7.250
Capacidade Produtiva *	675	675	700	700	650
Remuneração per/capita (mil Euros)	24,6	25,7	25,4	27,5	28,5
VAB (mil Euros)	41.068	35.200	33.435	31.952	30.197
VAB Per Capita (mil Euros)	77,3	66,7	68,4	72,6	78,9
Meios Libertos (mil Euros)	10.911	(1.538)	3.346	3.981	10.092
Autonomia Financeira (%)	25,2	15,4	11,5	6,5	11,5
EBITDA (mil Euros)	16.190	6.127	11.041	9.108	13.782

* Milhares de cadernos de 16 páginas/hora.

2.2.8. RESULTADOS

	2000	2001	2002	2003	2004
Resultados Operacionais	7.041	912	2.402	3.057	2.620
Resultados Financeiros	(4.852)	(7.114)	(7.684)	(4.736)	(3.423)
Resultados antes Impostos	1.848	(11.214)	(5.282)	(5.077)	2.093
Imposto s/ Rendimento	94	122	95	71	64
Resultados Líquidos	1.754	(11.336)	(5.892)	(5.148)	2.029

Unidade: Milhares de Euros.

Tendo-se atenuado um pouco as condições conjunturais altamente desfavoráveis em que a operação se vinha desenrolando nos últimos três anos, fruto de uma conjuntura económica de recessão, ainda assim a actividade desenvolvida durante o exercício de 2004 foi condicionada por um conjunto de factores que tornam tal exercício atípico em termos de comparabilidade com outros exercício.

Desde logo, o incêndio que em Janeiro deflagrou na área das rotativas comerciais de 48 páginas, levando à perda quase total da rotativa 8 e à paragem temporária da rotativa 9 implicaram uma limitação significativa de meios de produção, forçando uma reprogramação dos meios disponíveis e o recurso a subcontratação externa para cumprimento dos contratos em carteira que excediam os recursos próprios, designadamente em matéria de Listas Telefónicas.

Outro elemento atípico, ainda que planeado, consistiu na autonomização da “operação jornais”, com constituição da *Grafedisport*, empresa criada no início do ano detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, para onde foi transferida a impressão dos títulos até então impressos no Departamento de Jornais da Lisgráfica, a funcionar logisticamente nas antigas instalações de Jornais da Lisgráfica.

Os efectivos operacionais da *Grafedisport* são os ex-trabalhadores do Departamento da Lisgráfica, o capital social e prestações acessórias foram realizados à custa de equipamentos cedidos pela Lisgráfica e foi assinado um Protocolo de Colaboração ao abrigo do qual são prestados um conjunto de serviços de apoio, relevados como Proveitos Suplementares. Esta operação teve como consequências, a inevitável queda da facturação directa resultante da impressão dos títulos, a redução dos custos directos associados à operação jornais, a cedência dos equipamentos à *Grafedisport* como forma de realização de capital/prestações acessórias e, ainda, a alienação à Naveprinter das rotativas Mercury por forma a harmonizar a impressão da edição Norte dos títulos da Cofina.

No âmbito das medidas de reestruturação da Empresa e das Grandes Opções Estratégicas, desenvolveu-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica e a passagem a um regime de arrendamento temporário de todo/parte das instalações/edifícios em causa.

Tal operação concretizou-se em 20 de Julho e traduziu-se na venda ao *Gespatrimónio* dos Activos Imobiliários por um período de 15 anos contemplando, em paralelo, o desenvolvimento de um projecto imobiliário dos terrenos/edifícios não afectos à actividade industrial.

O encaixe resultante de tal operação permitiu concorrer para a redução do Passivo Financeiro e para a melhoria do rácio Capitais Próprios/Capitais alheios, bem como para a obtenção das Garantias Bancárias necessárias à assinatura do PEC – Processo Extrajudicial de Conciliação, oportunamente apresentado ao IAPMEI com vista à regularização das responsabilidades fiscais, ao mesmo tempo que determinou uma redução substancial do Imobilizado Corpóreo associado. Indirectamente, esta operação implicou uma alteração qualitativa da estrutura de custos, com redução dos custos financeiros e crescimento dos FSE por incremento da rubrica Rendas e Alugueres,

Prosseguiram, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras, no quadro da opção estratégica de mobilizar os recursos disponíveis para o negócio principal, recentrando a actividade nos processos de parcerias de negócio geradoras de valor acrescentado.

Nesse sentido, foram concluídas as negociações tendentes à alienação das associadas Guião e Videodata, por um lado, e Máquina de Estados por outro, sendo que o impacto de tais alienações, por serem mensuráveis antes do encerramento do exercício de 2003, deram lugar à constituição da respectiva Provisão para Investimentos Financeiros.

Também foi concretizada em Agosto a venda de 32% da participação na Naveprinter, detida directamente pela Lisgráfica, à Global Notícias, empresa do Grupo PT.

No âmbito desta última operação, foram tomadas decisões paralelas, designadamente o encerramento do segmento de impressão de revistas na Naveprinter com a concomitante transferência dos títulos para a Lisgráfica – Grande Reportagem e Notícias Magazine – bem como a aquisição das rotativas M850 e M300 e uma máquina de acabamento Tempo que integravam aquele departamento e vêm suprir temporariamente a limitação de meios com que a Lisgráfica se debateu ao longo do ano de 2004.

As medidas tomadas pela gestão no sentido de minorar os efeitos da crise, quer em matéria comercial buscando mercados/segmentos menos vulneráveis ao fenómeno publicitário, quer de gestão interna em matéria de custos, apenas parcialmente resultaram.

Em matéria de Vendas, a limitação de meios de produção com que nos confrontámos durante o ano, a pressão de preços da concorrência e a saída do segmento “jornais”, por um lado, compensadas parcialmente com a verificação de *Proveitos Suplementares* derivados dos serviços prestados à Grafedisport e do registo da indemnização compensatória recebida da *Seguradora* em consequência de perdas de exploração ligados ao sinistro de Janeiro determinaram uma quebra líquida de Receitas de cerca de 3 milhões de Euros.

Em matéria de Custos, as medidas tomadas geraram efeitos mais visíveis, tendo-se registado uma economia de cerca de 15,5 milhões de Euros (28,3%) entre 2001 e 2004, se exceptuarmos os Custos extraordinários pelo seu carácter específico.

Sublinha-se que a redução se operou em todas as rubricas, com particular realce para CMVC com uma redução de cerca de 4,6 milhões de Euro, FSE com uma queda de cerca de 2 milhões de Euros, a despeito do incremento dos Subcontratos por força do recurso a subcontratação externa face à limitação de meios, e da relevação de cerca de 1,2 milhões de Euros como rendas das instalações, face à operação imobiliária, com uma queda de cerca de 2,7 milhões de Euros em Despesas com Pessoal, em resultado das medidas tomadas neste domínio, com uma descida de cerca de 1 milhão de Euros em Amortizações/Provisões, em consequência da redução de Imobilizações fruto de alienações/abates praticados no exercício de 2004, contrariados pelo reforço de provisões como saneamento de Activos, e com uma queda de cerca de 4,4 milhões de Euros em Custos Financeiros, em resultado da redução do endividamento e da melhoria de taxas verificada no decurso dos três exercícios.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 2.620 mil Euros, inferiores aos do exercício anterior cerca de 438 mil Euros porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 3.019 mil Euros, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram uma melhoria de cerca de 2.581 mil Euros. Sublinhe-se que os Custos Operacionais estão influenciados por cerca de 1,2 milhões de Euros de Rendas e Alugueres, suportados por força da alienação do Património imobiliário e por cerca de 1,2 milhões de Euros de Provisões decorrentes do saneamento do Activo.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (3.423) mil Euros, contra (4.736) mil Euros em 2003 melhorando, em consequência, cerca de 1.313 mil Euros (28%). Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 1.436 mil Euros, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como de um ligeiro decréscimo cifrado em cerca de 123 mil Euros de Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes assumem a expressão de (803) mil Euros, contra (1.679) mil Euros em 2003.

Os Resultados Extraordinários variaram positivamente cerca de 6.295 mil Euros, por efeito conjugado do aumento de 1.287 mil Euros dos Custos Extraordinários (4.079 mil Euros em 2003, contra 5.366 mil Euros em 2004), e do aumento mais expressivo dos Proveitos Extraordinários que registaram um incremento de cerca de 7.582 mil Euros (680 mil Euros em 2003, contra 8.262 mil Euros em 2004).

O Cash-flow atingiu 10.092 mil Euros, contra 3.981 mil Euros em 2003, registando um incremento de 6.111 mil de Euros, reflexo da melhoria registada no Resultado Líquido de cerca de 7.176 mil Euros, já amplamente justificado e de uma descida da rubrica Amortizações/Provisões de cerca de 1.060 mil Euros, conjugados com uma redução da tributação autónoma de 5 mil Euros.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência da inversão do sentido do resultado que determinou o reforço dos Capitais Próprios em cerca de 2 milhões de Euros, conjugada com a expressiva redução do Activo Líquido (43,6 milhões de Euros) atingiu a expressão de 11,5%, contra o índice de 6,5% verificado em 2003.

O EBITDA registou uma melhoria de cerca de 4,7 milhões de Euros, em resultado da evolução positiva do resultado, conjugada com a redução dos Custos Financeiros,.

3. PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2005

Tomando como base os dados da conjuntura relativos ao primeiro trimestre e as estimativas macro-económicas para 2005 do Banco de Portugal, somos levados a admitir que o exercício de 2005, não será ainda bafejado por um clima de retoma consistente mas, pelo menos estão afastadas as perspectivas de recessão e mesmo de estagnação que caracterizaram a economia portuguesa durante os últimos três exercícios.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância.

Tais medidas tiveram já efeitos visíveis no exercício precedente, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2005, designadamente as derivadas de índices de produtividade dos recursos disponíveis, visando a optimização da relação custo/produção, prosseguindo o processo de adaptação dos recursos materiais e humanos às actuais condições de mercado.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2005 foi feita em moldes conservadores, admitindo para *Revistas* e *Suplementos* as receitas derivadas dos títulos novos contratados, supondo que os títulos antigos serão conservados com nível de facturação idêntico ao registado em 2004, tendo em linha de conta que a concorrência e esmagamento de margens ainda perdurará adoptando, em consequência, um *pricing* ajustado a tal realidade, e no pressuposto de que as Vendas no Segmento de *Folhetos/Catálogos*, *Listas Telefónicas* e *Boletins* manterão o nível atingido em 2004.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos ligeiramente acima do Programa Económico fixado, enquanto que em matéria de Custos nos situamos dentro do Programa, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2005, o que nos confirma a esperança de que tal exercício constitua a consolidação do regresso à faixa do lucro, invertendo um ciclo de três anos de exploração deficitária.

Detentora de certificado emitido pela APCER em 15/12/2003, através do qual se produziu a transição da Norma NP EN ISO 9001:1995 para a Norma NP EN ISO 9001:2000 foi a Lisgráfica no decurso do 1º trimestre de 2004 objecto de uma auditoria de acompanhamento no âmbito da Certificação de Qualidade, tendente a verificar a adequação dos procedimentos da Empresa a tal Norma, auditoria que se repetirá em Junho de 2005 e com a mesma finalidade.

No decurso do 1º trimestre de 2005 terá lugar a instalação da Máquina de Acabamento *Muller Tempo*, bem como da *Rotativa Heidelberg M850*, adquiridas à Naveprinter, sendo que a possível instalação da *Rotativa Heidelberg M300* apenas ocorrerá na segunda metade do exercício. A instalação do equipamento supracitado visa minorar temporariamente a insuficiência de meios com que a Empresa se debateu em 2004, como resultado do sinistro, evitando o recurso acrescido a subcontratação de impressão no exterior.

Ainda durante o primeiro trimestre terá lugar a reformulação do parque Informático da Empresa por forma a adequá-lo a uma exploração em rede, com instalação de servidores próprios, consentânea com as necessidades de uma gestão moderna e funcional.

Durante o exercício continuarão as diligências tendentes ao desenvolvimento do projecto imobiliário, a conduzir em colaboração com o ESAF e Gabinetes de Consultadoria Externa, por forma a obter o loteamento e aproveitamento urbanístico adequados às áreas não necessárias ao desenvolvimento industrial.

4. NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias, ao mesmo tempo que, tendo renunciado à subscrição dos direitos de accionista, no aumento de capital do BCP, mantém na sua carteira de títulos 110.713 acções daquela Instituição Financeira..

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

“ Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2004, no montante de Euro 2.028.915 (Dois milhões, vinte e oito mil, novecentos e quinze euros) tenha a seguinte aplicação:

- 1. “Para Reserva Legal, a importância de Euros 101.446. ”*
- 2. “Para Resultados Transitados, o valor remanescente”.*

Queluz de Baixo, 20 de Março de 2005.

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Braz Monteiro

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do n.º 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2004, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

2 – Nos termos do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 31 de Dezembro de 2004 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS ANEXAS. REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2004 (VALORES EM EURO)

Autofinanciamento	10.091.655
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a € 5	261.065

Durante o exercício não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2004			2003
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	19.691	19.691	-	749
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10	-	-	-	14.084.357
Edifícios e outras construções	10	-	-	-	26.165.623
Equipamento básico	10	102.577.252	62.789.876	39.787.376	49.272.849
Equipamento de transporte	10	1.091.051	521.365	569.686	278.600
Ferramentas e utensílios	10	56.868	36.899	19.969	26.058
Equipamento administrativo	10	1.286.669	882.144	404.525	523.747
Outras imobilizações corpóreas	10	761.871	229.217	532.654	546.563
Imobilizações em curso	10	107.149	-	107.149	1.980.381
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10	-	-	-	1.250.000
		105.880.860	64.459.501	41.421.359	94.128.178
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	13.880.161	-	13.880.161	15.646.993
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	936.504	-	936.504	2.597.807
Empréstimos a empresas associadas	10	500.000	-	500.000	-
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964
		15.331.629	-	15.331.629	18.259.764
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes, conta corrente		-	-	-	618.781
Empresas do grupo		-	-	-	3.406.989
Empresas participadas e participantes	16	5.051.609	-	5.051.609	-
Outros devedores	34	8.929.081	8.339.823	589.258	531.601
		13.980.690	8.339.823	5.640.867	4.557.371
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo	34 e 41	872.697	4.630	868.067	1.796.986
Produtos e trabalhos em curso	42	108.778	-	108.778	78.277
Mercadorias	34 e 41	861.310	134.484	726.826	134.814
		1.842.785	139.114	1.703.671	2.010.077
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		14.024.050	-	14.024.050	18.057.284
Clientes - títulos a receber		46.629	-	46.629	104.566
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	9.452.165	9.452.165	-	-
Empresas do grupo	16	561.702	-	561.702	67.702
Empresas participadas e participantes	16	1.843.723	-	1.843.723	272.692
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	2.131
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		62.313	-	62.313	80.944
Estado e outros entes públicos	48	701.715	-	701.715	30.000
Outros devedores	16 e 34	8.094.927	126.081	7.968.846	997.827
		34.787.224	9.578.246	25.208.978	19.613.146
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	34 e 52	629.972	420.724	209.248	199.972
		629.972	420.724	209.248	199.972
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	52	5.470.538		5.470.538	716.974
Caixa	52	649		649	1.599
		5.471.187		5.471.187	718.573
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	49	29.825		29.825	16.241
Custos diferidos	49	1.579.217		1.579.217	722.310
		1.609.042		1.609.042	738.551
Total de amortizações			64.479.192		
Total de provisões			18.477.907		
Total do activo		179.553.080	82.957.099	96.595.981	140.226.381

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2004	2003
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36,37 e 40	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(261.065)	(261.065)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(213.056)	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	7.196.951	8.056.991
Reservas de reavaliação	40	390.903	28.021.789
Reservas:			
Reserva legal	40	907.140	907.140
Outras reservas	40	8.424	8.424
Resultados transitados	40	(18.905.723)	(42.248.987)
Subtotal		9.123.574	14.271.236
Resultado líquido do exercício	40	2.028.915	(5.147.662)
Total do capital próprio		11.152.489	9.123.574
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.117.180	1.620.000
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	50	12.387.195	25.176.306
Fornecedores, conta corrente	53	751.870	6.240.744
Outros empréstimos obtidos	50	9.686.663	14.436.363
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		-	70.116
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	54	10.159.537	27.317.378
Estado e outros entes públicos	28 e 48	6.361.005	6.417.847
		39.346.270	79.658.754
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	299	299
Dívidas a instituições de crédito	50	3.859.096	3.562.550
Fornecedores, conta corrente		13.742.359	11.290.581
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		58.776	46.480
Fornecedores - títulos a pagar		2.181.304	1.612.089
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		1.197.638	495.634
Empresas do grupo	16	9.680.455	9.067.954
Empresas participadas e participantes		-	220.940
Adiantamentos de clientes		-	1.125.000
Outros empréstimos obtidos	50	2.313.595	4.738.595
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	5.036.531	7.508.195
Estado e outros entes públicos	28 e 48	1.802.899	1.513.175
Outros credores	51	3.050.164	5.457.840
		42.923.116	46.639.332
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	1.440.703	1.393.642
Proveitos diferidos	49	616.223	1.791.079
		2.056.926	3.184.721
Total do passivo		85.443.492	131.102.807
Total do capital próprio e passivo		96.595.981	140.226.381

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2004		2003	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e materias consumidas:					
Mercadorias	41	71.370		46.102	
Matérias	41	8.279.133	8.350.503	9.567.725	9.613.827
Fornecimentos e serviços externos			8.231.054		7.300.620
Custos com o pessoal:					
Remunerações		7.566.325		8.033.913	
Encargos sociais:					
Outros		3.342.593	10.908.918	4.028.426	12.062.339
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	6.770.477		8.940.047	
Provisões	34	1.228.623	7.999.100	118.698	9.058.745
Impostos		379.670		423.319	
Outros custos e perdas operacionais		58.144	437.814	50.111	473.430
(A)			35.927.389		38.508.961
Perdas em empresas do grupo e associados	45	9.451			
Juros e custos similares:					
Outros	45	3.680.119	3.689.570	5.126.134	5.126.134
(C)			39.616.959		43.635.095
Custos e perdas extraordinários	46		5.366.177		4.078.717
(E)			44.983.136		47.713.812
Imposto sobre o rendimento do exercício	48		63.640		70.433
(G)			45.046.776		47.784.245
Resultado líquido do exercício			2.028.915		(5.147.662)
			47.075.691		42.636.583
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias		89.600		37.525	
Produtos	44	34.331.407	34.421.007	40.968.768	41.006.293
Variação da produção	42		30.501		36.079
Trabalhos para a própria empresa			139.439		147.470
Proveitos suplementares		1.105.508		375.901	
Outros proveitos operacionais		2.850.666	3.956.174	-	375.901
(B)			38.547.121		41.565.743
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	198.838		307.670	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Outros		9.964		11.679	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	58.044	266.846	71.113	390.462
(D)			38.813.967		41.956.205
Proveitos e ganhos extraordinários	46		8.261.724		680.378
(F)			47.075.691		42.636.583
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			2.619.732		3.056.782
Resultados financeiros: (D - B) - (C -A) =			(3.422.724)		(4.735.672)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(802.992)		(1.678.890)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			2.092.555		(5.077.229)
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			2.028.915		(5.147.662)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Montantes expressos em Euros)**

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	34.421.007	41.006.293
Custo das vendas e das prestações de serviços	(29.704.413)	(33.564.713)
<i>Resultados brutos</i>	4.716.594	7.441.580
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.879.979	375.901
Custos de distribuição	(532.561)	(505.434)
Custos administrativos	(2.957.152)	(2.327.881)
Outros custos e perdas operacionais	(2.809.172)	(1.256.584)
<i>Resultados operacionais</i>	4.297.688	3.727.582
Custo líquido de financiamento	(3.837.417)	(5.314.015)
Ganhos(perdas) em filiais e associadas	(3.857.985)	307.670
Ganhos(perdas) em outros investimentos	1.937.391	(2.996)
Resultados não usuais ou não frequentes	3.552.878	(3.795.470)
<i>Resultados correntes</i>	2.092.555	(5.077.229)
Impostos sobre os resultados correntes	(63.640)	(70.433)
<i>Resultados correntes após impostos</i>	2.028.915	(5.147.662)
<i>Resultado líquido do exercício</i>	2.028.915	(5.147.662)
Resultados por acção	0,51	(1,29)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. COMPARABILIDADE

Em meados do exercício de 2004 a Empresa realizou uma participação financeira de 1.250.000 Euros correspondente a 50% do capital da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Grafesport") mediante a entrega de activos imobilizados corpóreos, tendo parte da actividade relacionada com a impressão de jornais, sido transferida para a esfera desta empresa participada. Em 31 de Dezembro de 2004, esta participação financeira foi registada pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual foram reflectidos nas demonstrações financeiras anexas os efeitos da consolidação dos capitais próprios e do resultado do exercício daquela empresa participada, mas não o efeito da consolidação dos seus activos, passivos, proveitos e custos de 12.157.865 Euros, 8.676.767 Euros, 5.611.916 Euros e 5.630.818 Euros, respectivamente. Consequentemente, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, não são directamente comparáveis com as do exercício anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c), infra. A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 está dispensada de o fazer, em virtude das participações financeiras em empresas do grupo, relativas à Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") e Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") não serem materialmente relevantes no seu conjunto, para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultado do grupo e da participação financeira na Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas S.A. ("Grafedisport") se encontrar registada pelo método da equivalência patrimonial, o que permite reflectir nas demonstrações da Empresa o efeito da consolidação dos capitais próprios e resultado do exercício de 2004.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram aumentadas em 186.287 Euros. Este montante não é aceite em 40% como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 390.903 Euros, decorrente das reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais. (Nota 13).

A Empresa classifica as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos, como custo adicional desse equipamento.

b) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespasses e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

e) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

g) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos (Nota 49), e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

i) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação não foram registados, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

j) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, diminuído de uma provisão para o ajustar ao respectivo valor de mercado.

k) Letras descontadas

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço são deduzidos à correspondente rubrica do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios (Nota 26).

l) Operações de “factoring”

As contas a receber cedidas em “factoring” estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são registados no passivo numa rubrica de “Outros credores” e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectuem as cobranças dos valores em dívida.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos de artigo n.º 81 do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2004, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 14.600.000 Euros.

Conforme referido na Nota 3.j), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 4.480.000 Euros e passivos por impostos diferidos relacionados com reavaliações efectuadas (Nota 3.b) de aproximadamente 43.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 383 e 440 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto						Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial (Nota 45)	Adições	Alienações e abates	Transferências	Regularizações	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	19.691	-	-	-	-	-	19.691
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	14.084.357	-	29.804	(14.114.161)	-	-	-
Edifícios e outras construções	36.571.369	-	-	(36.571.369)	-	-	-
Equipamento básico	114.261.662	-	1.183.525	(14.246.707)	1.378.772	-	102.577.252
Equipamento de transporte	701.603	-	476.430	(86.982)	-	-	1.091.051
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.285.229	-	1.440	-	-	-	1.286.669
Outras imobilizações corpóreas	742.431	-	19.440	-	-	-	761.871
Imobilizações em curso	1.980.381	-	107.469	(1.851.929)	(128.772)	-	107.149
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.250.000	-	-	-	(1.250.000)	-	-
	170.933.900	-	1.818.108	(66.871.148)	-	-	105.880.860
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo (Notas 16 e 45)	19.343.703	43.742	-	(3.696.711)	-	(1.810.573)	13.880.161
Partes de capital em empresas associadas (Notas 16 e 45)	2.696.567	145.645	1.250.000	(2.851.663)	-	(304.046)	936.504
Empréstimos a empresas associadas	-	-	500.000	-	-	-	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	-	-	14.964
	22.055.234	189.387	1.750.000	(6.548.374)	-	(2.114.619)	15.331.629

As alienações e abates de imobilizações corpóreas respeitam essencialmente: (i) aos activos entregues à Grafedisport decorrente da realização da participação financeira subscrita e das prestações acessórias, que naquela data tinham um valor líquido contabilístico de 989.882 Euros; (ii) aos activos danificados num incêndio ocorrido nas instalações da Empresa em 20 de Janeiro de 2004, que naquela data apresentavam um valor líquido contabilístico de 3.402.229 Euros, tendo a Empresa recebido uma indemnização de 4.500.000 Euros (Nota 46) e; (iii) aos terrenos e edifícios, onde se encontra instalada a unidade fabril da Empresa, vendidos em 20 de Julho de 2004 ao Fundo Imobiliário – “Gespatriimónio Rendimento”, que naquela data tinham um valor líquido contabilístico de, aproximadamente 39.750.000 Euros, tendo a Empresa obtido um encaixe financeiro com esta operação de, aproximadamente, 41.000.000 Euros e registado uma mais valia de 1.526.233 Euros (Nota 46).

Adicionalmente, em 21 de Julho de 2004 a Empresa celebrou um contrato de arrendamento das imobilizações corpóreas onde se localizam as suas instalações fabris e sede por um período de quinze anos ao abrigo do qual paga uma renda anual de 2.795.454 Euros.

Conforme supra referido em 7 de Janeiro de 2004 a Empresa subscreveu e realizou uma participação financeira de 50% no capital da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Grafedisport”) de 1.250.000 Euros e realizou prestações acessórias de 500.000 Euros mediante a entrega de activos fixos corpóneos avaliados em 1.750.000 Euros. Em resultado desta operação o valor do investimento financeiro na Grafedisport foi deduzido em metade do valor da mais-valia apurada na entrega dos referidos activos no montante de 304.046 Euros (Nota 46).

A diminuição verificada na rubrica “Imobilizações em curso”, no valor de 1.851.929 Euros, respeita a despesas inicialmente incorridas para a aquisição de activos fixos corpóneos, os quais foram posteriormente adquiridos pela Grafedisport, pelo que aquele montante foi transferido para a rubrica “Empresas participadas e participantes”.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa concluiu as negociações com os anteriores accionistas do Guião e Videodata tendentes à redução do preço de compra em 1.665.366 Euros, das participações naquelas empresas inicialmente contratado em 13 de Abril de 2000. Em consequência, a Empresa, registou uma diminuição das rubricas de “Partes de capital em empresas do grupo” e “Outros credores” naquele montante. Adicionalmente, aquela rubrica foi reduzida pela utilização directa de uma provisão de 145.207 Euros relativa a riscos normais decorrentes da actividade da Grafilis (Nota 34).

As alienações e abates de “Investimentos financeiros” ocorridos no exercício de 2004, respeitam na sua totalidade às alienações das participações financeiras de 85%, 100% e 32%, detidas pela Empresa no Guião, Videodata e Naveprinter, respectivamente, por 2.501.001 Euros, conforme segue:

Guião (a)	3.051.621
Videodata (a)	645.090
	<u>3.696.711</u>
Naveprinter	2.751.903
Máquina de Estados (a)	99.760
	<u>2.851.663</u>
	<u>6.548.374</u>

(a) A menos valia decorrente da alienação destes activos encontrava-se totalmente provisionada (Nota 34).

Rubricas	Amortizações acumuladas		Alienações e abates	Saldo final
	Saldo Inicial	Aumentos		
Imobilizações incorpóneas:				
Despesas de instalação	18.943	748	-	19.691
Imobilizações corpóneas:				
Edifícios e outras construções	10.405.746	507.973	(10.913.719)	-
Equipamento básico	64.988.813	5.946.183	(8.145.120)	62.789.876
Equipamento de transporte	423.003	155.473	(57.111)	521.365
Ferramentas e utensílios	30.810	6.089	-	36.899
Equipamento administrativo	761.482	120.662	-	882.144
Outras imobilizações corpóneas	195.868	33.349	-	229.217
	<u>76.805.722</u>	<u>6.769.729</u>	<u>(19.115.950)</u>	<u>64.459.501</u>

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 31 de Dezembro de 2004, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Equipamento básico	2.695.216	390.903	3.086.119

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Equipamento básico	69.683.556	42.539.988	27.143.568
Equipamento de transporte	797.755	341.352	456.403
Ferramentas e utensílios	36.617	22.123	14.494
Equipamento administrativo	79.745	42.603	37.142
	<u>70.597.673</u>	<u>42.946.066</u>	<u>27.651.607</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” um montante de 13.012.149 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 9.763.537 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano (Nota 54), e são como segue:

2005	<u>3.248.612</u>
2006	3.276.540
2007	2.628.394
2008	3.246.416
2009	<u>612.187</u>
	<u>9.763.537</u>
	<u>13.012.149</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	15.666.325	15.614.378	3	(311)	90,48	<u>13.880.161</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia apurada no exercício de 1999 e relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 537.128 Euros. No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigrafica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo em 31 de Dezembro de 2004. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Grafedisport (a)	12.157.865	3.481.098	5.611.916	(18.902)	50%	<u>936.504</u>

- (a) Os valores apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa associada em 31 de Dezembro de 2004. Esta participação financeira encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Cientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo, participadas e participantes	Fornecedores, conta corrente	Empresas do grupo
Gestigráfica	584	-	-	-	9.680.455
Grafilis	6.950	-	561.702	-	-
Gestprint	-	-	6.093.570	1.026.129	-
Naveprinter	252.035	2.116.585	7.697	2.309.838	-
Grafedisport	9.028	-	794.065	127.748	-
	<u>268.597</u>	<u>2.116.585</u>	<u>7.457.034</u>	<u>3.463.715</u>	<u>9.680.455</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, as transacções com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Compras de existências	Fornecimento s e serviços externos	Vendas	Proveitos suplementares
Grafilis	-	-	-	3.858
Gestprint	-	904.608	-	280
Naveprinter	-	-	-	26.891
Grafedisport	97.572	11.084	97.053	680.573
	<u>97.572</u>	<u>915.692</u>	<u>97.053</u>	<u>711.602</u>

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2004, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa de 9.452.165 Euros e 8.465.904 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando provisionadas na sua totalidade (Nota 34).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, de 7.132.180 Euros.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 31 de Dezembro de 2004, existiam contas a pagar em mora em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”), IRC, Contribuições para a Segurança Social e outros impostos de 988.458 Euros, 2.113.155 Euros, 63.571 Euros, 4.432.404 Euros e 33.582 Euros, respectivamente (Nota 48).

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. Até à presente data, pronunciaram-se favoravelmente a Segurança Social e a Direcção Geral de Impostos que transmitiram à Empresa o valor das garantias bancárias necessárias à formalização do acordo, aguardando-se posição do IAPMEI, pelo que em 31 de Dezembro de 2004, a dívida foi classificada no balanço, entre curto e médio e longo prazo, considerando o plano de reembolso proposto às entidades supra referidas.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos, ascendiam a 3.698.669 Euros (Nota 28) e 4.556.952 Euros (Nota 50), respectivamente.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2004, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 5.450.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 5.623.917 Euros, que visam, essencialmente, garantir o pagamento do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI de 2.011.678 Euros (Nota 50), bem como das obrigações emergentes da dívida em mora para com a Segurança Social de 4.432.404 Euros (Nota 48).

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações (Nota 46)	Regularizações (Nota 10)	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros (Nota 10)	3.795.470	-	(3.795.470)	-	-
Provisões para cobranças duvidosas (Nota 23)	16.826.680	1.094.139	(2.750)	-	17.918.069
Provisões para depreciação de existências	23.350	134.484	(18.720)	-	139.114
Provisões para outras aplicações de tesouraria (Nota 3 j))	430.000	-	(9.276)	-	420.724
Provisões para outros riscos e encargos	1.620.000	385.516	743.129	(145.207)	1.117.180
	<u>22.695.500</u>	<u>1.637.879</u>	<u>4.569.345</u>	<u>(145.207)</u>	<u>19.595.087</u>

A provisão para outros riscos e encargos, destina-se a cobrir riscos inerentes à actividade da Empresa e foi constituída com base no julgamento que deles faz o Conselho de Administração suportado em pareceres dos advogados da Empresa.

O aumento verificado nas rubricas de provisões foi registado conforme segue:

Provisões	1.228.623
Custos extraordinários (Nota 46)	385.516

	<u>1.637.879</u>

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2004:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Aplicação de resultados	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Acções próprias – valor nominal	(261.065)	-	-	-	(261.065)
Acções próprias – descontos e prémios	(213.056)	-	-	-	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	8.056.991	-	-	(860.040)	7.196.951
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	(27.630.886)	390.903
Reserva legal	907.140	-	-	-	907.140
Outras reservas	8.424	-	-	-	8.424
Resultados transitados	(42.248.987)	-	(5.147.662)	28.490.926	(18.905.723)
Resultado líquido do exercício	(5.147.662)	2.028.915	5.147.662	-	2.028.915
	9.123.574	2.028.915	-	-	11.152.489

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Notas 12 e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Decorrente da alienação no exercício de 2004 da empresa participada Naveprinter, a Empresa reclassificou para a rubrica de “Resultados transitados” os montantes registados em exercícios anteriores na rubrica de “Ajustamentos de partes de capital”, relacionados com aquela empresa.

Na sequência da alienação de activos corpóreos e de abates de outros relacionados com um incêndio ocorrido no início do exercício de 2004, a Empresa transferiu da rubrica “Reservas de reavaliação” para a rubrica de “Resultados transitados” as reservas de reavaliação que lhes estavam associadas por estas se terem realizado.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de Maio de 2004, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 para resultados transitados.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	134.814	1.820.336
Compras	731.921	8.354.951
Regularização de existências	65.945	(1.023.457)
Existências finais	(861.310)	(872.697)
	71.370	8.279.133

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é como segue:

Existências finais	108.778
Existências iniciais	(78.277)
	<u>30.501</u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram como segue:

Conselho de Administração	221.964
Conselho Fiscal	22.800
	<u>244.764</u>

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, as vendas e prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	34.150.600
Mercado externo	270.407
	<u>34.421.007</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	3.387.256	4.754.034
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	9.451	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	674	396
Descontos de pronto pagamento concedidos	114.618	116.779
Outros custos e perdas financeiros	177.571	254.925
	<u>3.689.570</u>	<u>5.126.134</u>
Resultados financeiros	<u>(3.422.724)</u>	<u>(4.735.672)</u>
	<u>266.846</u>	<u>390.462</u>
 <u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	40.221	26.617
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	198.838	307.670
Rendimentos de participações de capital	9.964	-
Diferenças de câmbio favoráveis	614	1.273
Descontos de pronto pagamento obtidos	17.209	26.117
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	28.785
	<u>266.846</u>	<u>390.462</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	18.837	20.848
Perdas em existências	41.843	-
Perdas em imobilizações	4.105.804	4.346
Multas e penalidades	250	217.146
Aumentos de provisões (Nota 34)	385.516	3.795.470
Outros custos e perdas extraordinários	813.927	40.907
	<u>5.366.177</u>	<u>4.078.717</u>
Resultados extraordinários	<u>2.895.547</u>	<u>(3.398.339)</u>
	<u>8.261.724</u>	<u>680.378</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações	1.995.823	385.899
Reduções de provisões (Nota 34)	4.569.345	14.632
Correcções relativas a exercícios anteriores	11.374	2.058
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.685.182	277.789
	<u>8.261.724</u>	<u>680.378</u>

A rubrica "Perdas em imobilizações" é composta como segue:

Perda na alienação de participações financeiras (Nota 10)	4.047.373
Perdas em imobilizações corpóreas	<u>58.431</u>
	<u>4.105.804</u>

A rubrica "Ganhos em imobilizações" é composta como segue:

Alienação de terrenos e edifícios (Nota 10)	1.526.233
Entrega de activos imobilizados corpóreos (Nota 10)	304.046
Outros	<u>165.544</u>
	<u>1.995.823</u>

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios a imobilizações corpóreas (Nota 3.g))	421.525
Indemnizações por sinistros (Nota 10) (a)	1.097.771
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira efectuadas em exercícios anteriores	114.601
Outros	<u>51.285</u>
	<u>1.685.182</u>

- (a) Este montante respeita à diferença entre o valor líquido contabilístico do equipamento básico acidentado num incêndio, ocorrido no dia 20 de Janeiro de 2004 e o valor da indemnização recebida do seguro.

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamento especial por conta	84.003
Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”)	617.712
	<u>701.715</u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	2.259.799
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	123.202
IVA	988.458
Contribuições para a Segurança Social	4.752.156
Outros impostos	40.289
	<u>8.163.904</u>

(a) Este montante respeita à estimativa de imposto de 63.640 Euros relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, líquida de retenções na fonte de 4.009 Euros, e inclui o IRC a pagar relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 de 63.571 Euros.

As contas a pagar relativas a IVA, IRS, IRC, Segurança Social e outros impostos incluem valores vencidos de 988.458 Euros, 2.113.155 Euros, 63.571 Euros, 4.432.404 Euros e 33.582 Euros, respectivamente. Durante o exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Segurança Social e Fazenda Pública a regularizações destes valores, nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro (Nota 28).

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	27.298
Outros	2.527
	<u>29.825</u>

Custos diferidos:

Peças para conservação de máquinas	887.425
Juros antecipados	309.027
Rendas de edifícios e instalações	233.784
Seguros	121.095
Outros	27.886
	<u>1.579.217</u>

Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.061.275
Fornecimentos e serviços externos	283.278
Juros vencidos e não pagos	96.150
	<u>1.440.703</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	<u>616.223</u>
---------------------------------------	----------------

50. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos bancários:			
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI") (a)	498.798	748.197	1.246.995
BPI (b)	498.798	872.896	1.371.694
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (c)	-	8.292.515	8.292.515
Outros (d)	2.861.500	2.473.587	5.335.087
	<u>3.859.096</u>	<u>12.387.195</u>	<u>16.246.291</u>
Empréstimos por obrigações:			
Emissão de 1988	<u>299</u>	<u>-</u>	<u>299</u>
Outros empréstimos:			
Papel comercial (e)	2.125.000	7.863.580	9.988.580
IAPMEI (f)	188.595	1.823.083	2.011.678
	<u>2.313.595</u>	<u>9.686.663</u>	<u>12.000.258</u>
	<u>6.172.990</u>	<u>22.073.858</u>	<u>28.246.848</u>

(a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Lisbor acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos.

(b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica. O empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 2%, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.

(c) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%. O empréstimo vence-se no médio e longo prazo.

(d) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.095.055 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e a Empresa considerar que as entidades financiadoras não vão exigir o seu reembolso no curto-prazo.

Em 31 de Dezembro de 2004, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 15.151.236 Euros, é conforme segue:

2005	3.859.096
2006	3.471.166
2007	1.396.240
2008	933.891
2009	933.891
2010	2.278.476
2011	2.278.476
	<u>15.151.236</u>

- (e) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. A parcela de médio e longo prazo, inclui 2.500.000 Euros que não tem um plano de reembolso definido, nem é intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto prazo. O plano de reembolso do papel comercial, exceptuando a parcela supra referida, é o seguinte:

2005	2.125.000
2006	4.375.000
2007	625.000
2008	363.580
	<u>7.488.580</u>

- (f) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Dezembro de 2004, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros, encontrando-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 750.348 Euros cuja movimentação está condicionada à extinção da referida garantia. Em 31 de Dezembro de 2004, aquele montante encontra-se vencido e não pago, pelo que, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento a regularização deste valor nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro. À presente data aguarda-se posição do IAPMEI mas em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa repartiu esta dívida entre curto prazo e médio e longo prazo considerando o plano de reembolso proposto.

51. OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2004, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de *factoring*.

52. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Numerário	649	1.599
Depósitos bancários	1.391.082	29.401
Depósitos a prazo	4.079.456	687.573
Outras aplicações de tesouraria	629.972	629.972
Descobertos bancários	(706.122)	(1.215.869)
	<u>5.395.037</u>	<u>132.676</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a utilização dos depósitos a prazo encontrava-se condicionada à libertação de garantias bancárias solicitadas no âmbito do acordo a formalizar de regularização das dívidas fiscais e ao IAPMEI (Nota 28).

53. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2004, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o pagamento de dívidas de 751.870 Euros a estes a médio e longo prazo sem vencimento de juros.

54. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe das dívidas a fornecedores de imobilizado registadas a médio e longo prazo, era conforme segue:

Locação financeira (Nota 15)	9.763.537
Guião (a)	396.000

	10.159.537
	=====

(a) Este montante respeita à conta a pagar aos anteriores accionistas da referida empresa participada que se vence no médio prazo, como segue:

2006	216.000
2007	180.000

	396.000
	=====

Queluz de Baixo, 31 de Março de 2005

O Técnico Oficial de Contas

Liliana Carneira Nunes

O Conselho de Administração:

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Montantes expressos em Euros)

	Nota	2004	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		38.258.663	41.278.155
Pagamentos a fornecedores		(21.806.990)	(18.745.483)
Pagamentos ao pessoal		(5.796.469)	(6.761.552)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		10.655.204	15.771.120
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(128.852)	(47.863)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(3.188.729)	(4.189.087)
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>		7.337.623	11.534.170
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	(73.962)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		7.337.623	11.460.208
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2.625.700	-
Imobilizações corpóreas		33.819.292	42.873
Juros e proveitos similares		9.964	-
		36.454.956	42.873
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(2.269.001)	(637.064)
Imobilizações corpóreas		(3.565.556)	(697.715)
		(5.834.557)	(1.334.779)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		30.620.399	(1.291.906)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de :			
Empréstimos obtidos		99.601.415	138.987.951
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(120.104.340)	(138.562.609)
Amortizações de contratos de locação financeira		(8.609.512)	(4.536.680)
Juros e custos similares		(3.583.199)	(5.008.959)
		(132.297.051)	(148.108.248)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		(32.695.636)	(9.120.297)
Variações de caixa e seus equivalentes			
(4)=(1)+(2)+(3)		5.262.386	1.048.005
Efeito das diferenças de câmbio		(25)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	52	(132.676)	(915.329)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52	5.395.037	132.676

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de **2004** (que evidencia um total de balanço de **96.595.981** euros e um total de capital próprio de **11.152.489** euros, incluindo um resultado líquido de **2.028.915** euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Em 31 de Dezembro de 2004, a Sociedade mantém nas suas contas valores a receber de empresas com quem se encontra em relação de grupo em, aproximadamente, 6.700.000 euros. Considerando que a recuperabilidade destes valores depende, nomeadamente, do desempenho económico futuro das operações destas empresas, não dispomos de informação que nos habilite a avaliação fundamentada do valor de realização daqueles mesmos créditos.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do ajustamento que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 6 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.** em 31 de Dezembro de **2004**, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o seguinte:
- 8.1 Conforme mencionado na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em apreço, a Sociedade optou por não reconhecer os activos e passivos por impostos diferidos estabelecidos na Directriz Contabilística n.º 28, conforme previsto nas disposições transitórias da própria directriz.
A realização dos valores na mesma nota apresentados relativos a activos e passivos por impostos diferidos, assenta no pressuposto da ocorrência futura de lucros tributáveis suficientes.
- 8.2 De um desfecho contrário ao previsto para a proposta de regularização mencionada na nota 48 do anexo às demonstrações financeiras em apreço, decorreria um acréscimo de responsabilidades que, à data de 31 de Dezembro de 2004, se estimam no valor de 2.000.000 euros, bem como uma exigibilidade de curto prazo para os passivos relacionados apresentados como responsabilidades de médio e longo prazo no montante de, cerca de, 8.180.000 euros.
- 8.3 Para efeitos de comparabilidade entre a informação financeira correspondente ao exercício em apreço e ao exercício anterior, deverão ser consideradas as operações descritas nas notas 2 e 10 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.
- 8.4 A Certificação Legal das Contas por nós emitida sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 inclui uma reserva idêntica à apresentada no parágrafo 6 acima e a ênfase descrita no parágrafo 8.1 do mesmo documento, não se aplica às demonstrações financeiras em apreço.

Porto, 24 de Março de 2005

Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas de

Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho de Administração de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de **2004**.
2. Acompanhámos a actividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. As demonstrações financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que, em consequência, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Analisámos o conteúdo do Relatório Anual de Fiscalização, do qual se releva o enquadramento da situação referida no último parágrafo da nota 28 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, tendo-se concluído não afectar os documentos de prestação de contas da Sociedade.
5. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório do Conselho de Administração, bem como as Contas por este apresentadas;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação de resultados.

Queluz de Baixo, 07 de Abril de 2005

Dr. António de Almeida
Presidente

Eng.º Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC
representada por
Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 96.595.981 Euros e capitais próprios de 11.152.489 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.028.915 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. O balanço em 31 de Dezembro de 2004, inclui contas a receber de terceiros, essencialmente do seu principal accionista de, aproximadamente, 6.700.000 Euros, originadas, principalmente, em exercícios anteriores. A cobrança deste valor depende do sucesso futuro das operações dessas empresas e da sua capacidade de efectuarem aqueles pagamentos. A esta data e com a informação actualmente disponível, não nos é possível concluir quanto ao momento e respectivo valor de realização.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme mencionado nas Notas 28 e 50.f) do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, o passivo inclui contribuições e impostos, vencidos nos exercícios de 2002 a 2004, bem como dívidas ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento de, aproximadamente, 7.631.000 Euros e 2.011.000 Euros, respectivamente e relativamente às quais decorrem negociações tendentes à sua regularização. Ainda que até à data deste relatório não seja conhecido o resultado dessas negociações, o Conselho de Administração entende, com base nas negociações efectuadas e nos pareceres dos seus consultores fiscais, que o seu desfecho será favorável, pelo que não foi registada qualquer provisão para fazer face a eventuais responsabilidades e contingências decorrentes desta situação.
8. Conforme mencionado na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 4.480.000 Euros e 43.000 Euros, respectivamente, sendo realizáveis e exigíveis caso a Empresa venha a registar resultados fiscais suficientes.
9. Durante o exercício de 2004 a Empresa realizou uma participação financeira de 1.250.000 Euros, correspondente a 50% no capital da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Grafedisport”) mediante a entrega de activos imobilizados corpóreos, tendo parte da actividade relacionada com a impressão de jornais, sido transferida para a esfera desta empresa participada, o que explica uma diminuição dos proveitos e custos relativamente ao exercício anterior. Em 31 de Dezembro de 2004, esta participação financeira foi registada pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual foram reflectidos nas demonstrações financeiras anexas os efeitos da consolidação dos capitais próprios e do resultado do exercício daquela empresa participada, mas não o efeito da consolidação dos activos, passivos, proveitos e custos de 12.157.865 Euros, 8.676.767 Euros, 5.611.916 Euros e 5.630.818 Euros, respectivamente. Consequentemente, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 não são directamente comparáveis com as do exercício anterior.
10. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, embora em 31 de Dezembro de 2004 evidenciem resultados transitados negativos de 18.905.723 Euros e um resultado positivo no exercício findo naquela data de 2.028.915 Euros. Tal como referido no Relatório do Gestor, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras que, em seu entender permitirão a continuidade de resultados positivos e das operações. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das operações, dependem do sucesso futuro destas e do apoio financeiro dos seus accionistas.

11. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria datado de 26 de Março de 2004, inclui uma reserva semelhante à descrita no parágrafo 5 acima e cinco ênfases, uma semelhante a esta, outra não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e três semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 7, 8 e 10 acima.

Lisboa, 31 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

Extracto da Acta nº 58 da Assembleia Geral Anual
da “Lisgráfica”, realizada às 12 horas
do dia 27 de Abril de 2005

Devidamente convocada, a Assembleia Geral foi presidida pelo Senhor Dr. João António Morais Leitão e registou a presença ou representação de 77,96% do capital social, significando 79,00% da totalidade das acções com direito a voto, aprovou as contas individuais da Empresa, e os restantes documentos de prestação de contas, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como a proposta de aplicação de resultados, tudo referente ao Exercício de 2004 e que se transcreve:

“ Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2004 no montante de Euros 2.028.915,00 (Dois milhões, vinte e oito mil, novecentos e quinze euros) tenha a seguinte aplicação:

1. Para Reserva Legal a importância de Euros 101.446,00;
2. Para Resultados Transitados, o valor remanescente.”

A Assembleia aprovou, de seguida, um voto de louvor aos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade pela actividade exercida neste ano em apreço e de confiança aos mesmos membros na sua actividade futura.

Relativamente à proposta apresentada por dois membros do conselho de administração, que se transcreve:

“Propomos que seja ratificada a cooptação, verificada em trinta de Setembro de 2004, do Senhor Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro como membro do conselho de administração, tendo sido estabelecida remuneração equivalente à dos demais membros do mesmo conselho. O Sr. Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro desempenhava, desde há anos, funções de Director de Serviço na Lisgráfica e a sua cooptação resulta do processo havido de redução do conselho de cinco para três membros.”

foi aprovada pela Assembleia a ratificação da cooptação, bem como a fixação de remuneração equivalente à dos demais membros do conselho.

Foi ainda aprovado um voto de louvor à Mesa pela forma distinta como havia conduzido os trabalhos.